



VOZES PELA PAZ E TOLERÂNCIA

*Diálogo Inter-religioso e Prevenção
do Radicalismo e Extremismo Violento
na Guiné-Bissau*



NÔ CUDJI PAZ
OBSERVATÓRIO DA PAZ

Título: Vozes pela Paz e Tolerância - Diálogo Inter-religioso e Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento na Guiné-Bissau

Edição: Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)
Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH)

Coordenação e Execução da Edição: Bubacar Turé
João Monteiro

Edição de conteúdos: Lassana Cassama - Capital média, SARL
João Monteiro

Revisão: Instituto Marquês de Valle Flôr

Local de edição: Bissau, Guiné-Bissau

Fotografia: Marino da Costa

Design e paginação: Matrioska Design

Impressão: Onda Grafe

Tiragem: 400 exemplares

Versão digital: imvf.org e observatoriodapaz.org

ISBN: 978-989-36285-3-9

Outubro de 2025



Agradecimentos

Abulai Djaura, Aissato Camara Indjai, Aladje Infali Coté, Aladje Suleimane Baldé, Denise Ercília Cabral dos Santos Indequê, Elisa Tavares Pinto, Fernando Mandinga da Fonseca, Ismael Pedro da Silva, José Lampra Cá, Mateus Malu, Mussa Sani, Saico Embaló e Silvina Tavares

Disclaimer

Esta publicação foi editada no âmbito do projeto “Observatório da Paz”, financiado pela União Europeia e cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) em parceria com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não devem ser atribuídas a qualquer outra pessoa ou instituição, nomeadamente à União Europeia e ao Camões, I.P. A informação contida nesta publicação pode ser livremente reproduzida para fins não comerciais, desde que seja mencionada a fonte. Se essa reprodução se destinar a fins comerciais, é necessária autorização prévia do IMVF e da LGDH.

Cofinanciado por:



Financiado pela
União Europeia



Implementado por:



ÍNDICE

05

Prefácio

08

Destaque

11

Sumário Executivo

15

Diálogo Inter-religioso

Breve descrição
da evolução histórica

21

**Iniciativas emergentes
de diálogo inter-religioso
na Guiné-Bissau**

27

**Quadro legal
da liberdade religiosa
na Guiné-Bissau**

33

**Porquê falar do diálogo
inter-religioso?**

39

**Vozes e perspectivas
dos guineenses sobre
o diálogo inter-religioso
e a prevenção do radicalismo
e extremismo violento**

41

1. Elisa Tavares Pinto
Governadora da região de Gabú

43

2. Dom José Lampra Cá
Bispo de Bissau

46

3. Cheikh Aladje Suleimane Baldé
Presidente da União Nacional
dos Imames da Guiné-Bissau

48

4. Cheikh Aladje Infali Coté
Vice-Presidente do Conselho
Nacional Islâmico

50

5. Pastor Mateus Malu
Presidente do Conselho Regional
da Igreja Evangélica de Oio

53

6. Ismael Pedro da Silva
Representante da Religião Tradicional

55

7. Saico Embaló
Régulo Central de Gabú

57

8. Silvina Tavares
Presidente da Plataforma Política
das Mulheres

59

9. Aissato Camara Indjai
Presidente da Rede Nacional
de Luta Contra Violência baseada
no Género e na Criança (RENLUV - GC)

61

10. Abulai Djaura
Presidente da Rede Nacional
das Associações Juvenis (RENAJ)

64

11. Fernando Mandinga da Fonseca
Coordenador de Pesquisa
da Voz di Paz

67

12. Denise dos Santos Indequê
Coordenadora Nacional da WANEP
- Guiné-Bissau

69

13. Mussa Sani
Centro de Teatro do Oprimido
da Guiné-Bissau (GTO-Bissau)
- Fórum de Paz

71

**Conclusão
e recomendações**

75

Bibliografia

79

Compromissos Comuns
Declarações dos líderes
religiosos para a Paz

PREFÁCIO

É com grande honra que apresento este livro, **“Vozes pela paz e tolerância – Diálogo inter-religioso e prevenção do radicalismo e extremismo violento na Guiné-Bissau”**, um contributo fundamental para o fortalecimento da paz e da convivência harmoniosa na nossa nação.

Vivemos tempos em que o radicalismo e a intolerância ameaçam as bases da convivência humana, e a urgência de encontrar caminhos para a paz e a compreensão nunca foi tão clara. Este livro nasce com o objetivo de ser uma voz plural e abrangente em defesa da paz, da tolerância e do respeito mútuo, reunindo o testemunho de líderes religiosos e membros da sociedade civil comprometidos com a construção de pontes e não de muros. Cada um dos depoimentos aqui reunidos oferece uma perspectiva única sobre como o diálogo inter-religioso pode ser a chave para a prevenção do radicalismo e da violência extremista.

Como afirmou o Papa Francisco, *“o diálogo inter-religioso é um caminho indispensável para a paz. Não nos podemos permitir a indiferença diante das diferenças, mas sim cultivar o respeito e a compreensão mútua.”* Estas palavras ecoam a urgência com que devemos tratar da questão, enquanto reafirmam o poder transformador da empatia e do entendimento.

O diálogo inter-religioso não é apenas uma prática de respeito às diferenças, mas um imperativo ético em tempos de polarização. Só através do entendimento mútuo e da cooperação podemos superar os desafios impostos pelo extremismo e pela intolerância. É preciso que todas as vozes se unam na construção de pontes e não de muros.

Nesse contexto, por iniciativa do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. O Governo da Guiné-Bissau adotou a Estratégia Nacional¹ para os Direitos Humanos e Cidadania. Trata-se de um documento que contempla seis eixos fundamentais, a saber: o sistema nacional de direitos humanos; a promoção e cultura de direitos humanos; a participação e o acesso à Justiça; a educação, a saúde e o nível de vida; a igualdade e a não discriminação, a diversidade e inclusão; e o combate ao tráfico de seres humanos. A implementação desta estratégia requer a participação e o empenho de todos os atores nacionais, parceiros internacionais e as organizações da sociedade civil.

Igualmente, esta Instituição que tenho o privilégio de dirigir, tem implementado programas que ampliam o acesso à Justiça e combatem a impunidade, pilares fundamentais para garantir a dignidade da pessoa humana. Além disso, temos colaborado com várias organizações da sociedade civil para incentivar o diálogo inter-religioso como caminho para a construção de uma sociedade pacífica e inclusiva, onde o respeito às diferenças fortalece a convivência social e protege os direitos de todos.

Nos últimos três anos e meio, o Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz* promotor desta iniciativa que ora prefaciamos, tem desempenhado um papel fundamental na prevenção do radicalismo e do extremismo violento na Guiné-Bissau. Por meio de iniciativas de monitoria, sensibilização comunitária, reforço de capacidades e promoção do diálogo inter-religioso, o Observatório tem fortalecido a coesão social e contribuído para a construção de uma cultura de paz, atuando como um importante parceiro na missão de proteger a sociedade contra as ideologias que ameaçam a convivência harmoniosa.

Ao longo das páginas que se seguem, somos conduzidos através de relatos emocionantes e inspiradores de líderes de diversas tradições religiosas, que se têm empenhado no diálogo e na promoção de valores comuns da paz. Estes depoimentos não apenas nos oferecem uma visão de como o diálogo inter-religioso pode ser bem-sucedido, mas também nos convidam a refletir sobre as barreiras que ainda precisam ser superadas.

Desmond Tutu lembra-nos que “não há caminho para a paz – a paz é o caminho. E esse caminho passa pelo diálogo e pelo reconhecimento da dignidade do outro.” Este ensinamento é o fio condutor que une as experiências partilhadas neste livro.

Além dos relatos de líderes religiosos, este livro também dá voz a membros da sociedade civil que, nas suas diversas áreas de atuação, têm contribuído para a construção de uma convivência pacífica entre as diferentes religiões. A colaboração entre a fé e a cidadania é fundamental, e os depoimentos aqui presentes mostram-nos que a paz não é apenas uma responsabilidade das religiões, mas de todos nós.

Alguns depoimentos destacam com razão o valor da educação na promoção do diálogo inter-religioso. Pois, através de uma educação que promova valores de respeito, solidariedade e direitos humanos poderemos criar uma sociedade verdadeiramente inclusiva e resiliente. E é exatamente isso que este livro pretende: provocar uma reflexão profunda sobre o papel de cada um de nós na construção de um país mais tolerante e justo, onde as diferenças não sejam motivo de divisão, mas de enriquecimento mútuo.

O Sheikh Abdullah bin Bayyah, reconhecido líder muçulmano, lembra-nos que “a verdadeira paz só pode ser alcançada quando reconhecemos a humanidade comum que compartilhamos, e nos engajamos no diálogo sincero e respeitoso entre as religiões.”

O Reverendo Billy Graham, um dos maiores líderes evangélicos do século XX, afirmou: “A paz começa com um sorriso e com o respeito sincero pelo próximo, independentemente da sua fé. O diálogo é a ponte que nos une na diversidade.”

Um sábio da tradição africana ensina-nos: “A harmonia entre os seres é a base da vida; só pelo respeito mútuo e pela escuta atenta podemos manter o equilíbrio entre o mundo espiritual e o humano.” Esta sabedoria ancestral reforça o valor do diálogo e do respeito como fundamentos para a paz duradoura.

Num momento de crescente polarização, este livro é mais do que meros depoimentos. É um convite para que todos nós, líderes religiosos, sociais e cidadãos comuns, nos unamos na luta contra a intolerância e o extremismo. O Dalai Lama, com a sua sabedoria, lembra-nos que “a verdadeira religião deve inspirar a compaixão e a compreensão entre todos os seres humanos, independentemente das suas crenças.”

A paz, como bem sabemos, não é um estado natural, mas um esforço coletivo. E esse esforço só se torna possível quando as vozes se unem, como as que aqui se reúnem, para dar vida a um mundo mais harmonioso e livre de extremismos.



Maria do Céu Silva Monteiro
Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos

DESTAQUE

“ **O diálogo inter-religioso tem por objetivo valorizar as riquezas de tradições de fé distintas**, e mostrar como elas são fundamentais umas às outras e cruciais para a resolução dos problemas candentes, tais como, guerras, violência, pobreza, questões de gênero e violação dos direitos humanos.

No caso concreto da Guiné-Bissau, **só se poderá alcançar um desenvolvimento integral e sustentável, se se conseguir promover uma cultura de paz** e fraternidade baseada nos princípios da liberdade, justiça, democracia, respeito e solidariedade.

Uma cultura que, por meio do diálogo, da diplomacia e da negociação, respeite os direitos humanos e a dignidade, e rejeite a violência.

Neste sentido, **os líderes religiosos das diferentes confissões religiosas** têm a grande responsabilidade de promover a harmonia e educar os seus respetivos fiéis para **viverem como irmãos e irmãs, criando condições para a existência de uma sociedade com uma cultura de tolerância religiosa e de respeito mútuo.**

Os episódios de violência contra os locais de cultos que ocorreram no país nos últimos anos, com especial destaque para os repugnantes atos de destruição dos locais de culto da religião tradicional, não podem repetir-se na Guiné-Bissau.

Para o efeito, o Governo que tenho oportunidade de chefiar, nunca poupará os esforços para a criação de condições de segurança a todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros residentes no país, de forma a desenvolverem as suas atividades religiosas, sociais e económicas num contexto de total liberdade e normalidade.

”



Rui Duarte de Barros,
Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau

*In Discurso de Comemoração
do Dia Internacional da Paz
21 setembro 2024*





SUMÁRIO EXECUTIVO

SUMÁRIO

EXECUTIVO

A Guiné-Bissau tem uma longa história de instabilidade político-militar que remonta à independência em 1973, condicionando a capacidade eficaz de resposta das autoridades públicas às necessidades básicas dos cidadãos. Em consequência, a situação socioeconómica ganha proporções cada vez mais preocupantes, com impacto no exercício dos direitos e liberdades fundamentais.

A administração pública, incluindo os sectores de defesa e segurança, reclama reformas profundas para fazer face às ameaças de insegurança e criminalidade organizada, que representam sérios riscos aos esforços para a consolidação da paz².

No plano internacional, a **Guiné-Bissau está inserida num contexto marcado pelo recrutamento de atividades criminosas levadas a cabo por diversos grupos de radicais e extremistas religiosos**. Estes grupos extremistas ocupam grandes áreas de países da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e do Sahel, nomeadamente, no Mali, no Burkina Faso, no Níger, no Chade,

na Mauritânia e na Nigéria, financiados através de atividades criminosas, principalmente o tráfico de droga, o branqueamento de capitais, o tráfico de armas, a manipulação e o incentivo à emigração irregular.

O crescimento de movimentos e manifestações de radicalização e extremismo violento (REV) comporta um conjunto de impactos devastadores, ameaçando a paz e a segurança, exacerbando as fragilidades socioeconómicas já existentes e revertendo e/ou condicionando os avanços em matéria de desenvolvimento.

Apesar de a Guiné-Bissau ser historicamente reconhecida pela sua tolerância religiosa e exemplo de convivência étnico-religiosa pacífica, a verdade é que não está imune às dinâmicas regionais, em particular da África Ocidental e do Sahel. O país já apresenta um conjunto complexo de fatores sociais, económicos e políticos que facilitam o crescimento de grupos sectários radicais e violentos.

Esta realidade ganha, assim, uma relevância progressiva por causa das contingências geopolíticas e da proliferação de discursos segregacionistas e de incitamento ao ódio. Nos últimos anos, assiste-se a um certo clima de tensão esporádica entre correntes (ou movimentos) religiosos no país, motivado por diferentes fatores.

Perante este contexto volátil, surge o **Observatório da Paz - Nô Cudji Paz**³, uma iniciativa do **Instituto Marquês de Valle Flôr**⁴ e da **Liga Guineense dos Direitos Humanos**⁵, com o **financiamento da União Europeia e cofinanciamento de Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.** Este projeto é um contributo para o diálogo e a prevenção da radicalização e do extremismo violento (PREV) na Guiné-Bissau, assente no reforço da participação, trabalho em rede e estabelecimento de parcerias estratégicas entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e outros atores sociais e políticos para abordar e prevenir o fenómeno de REV no país, designadamente, com os líderes das principais confissões religiosas, os jovens e as mulheres.

De março de 2022 até ao presente, o Observatório da Paz monitorizou e documentou mais de três dezenas de casos de radicalização e intolerância religiosa na Guiné-Bissau, alguns dos quais culminaram em atos de vandalização dos locais de culto e/ou violência física.

Perante estes sinais preocupantes, o **Observatório da Paz - Nô Cudji Paz** decidiu **auscultar e dar voz aos guineenses de diferentes segmentos da sociedade, recolhendo as suas perspetivas sobre a importância do diálogo inter-religioso no processo de consolidação da paz e prevenção da radicalização e extremismo violento.**

Esta auscultação, da qual resulta o presente documento, é um instrumento de compreensão e de sensibilização sobre a premente necessidade de se convergir em torno dos ideais de paz, tolerância e coesão nacional.

Ao dar estampa a esta iniciativa, o Observatório da Paz - *Nô Cudji Paz* reafirma que **a dimensão religiosa é uma componente importante da identidade e da cultura dos povos e marca profundamente muitas das comunidades que atualmente se cruzam entre si.** Esta diversidade de crenças, valores e de afirmações identitárias baseadas na pertença religiosa constitui-se como um espaço privilegiado para o aprofundamento de uma cultura plural e aberta ao diálogo.

As diferenças religiosas continuam demasiadas vezes a ser fonte de tensão, conflito e discriminação. Sem uma prática de diálogo intercultural corremos o risco de nos fecharmos no receio do desconhecido, numa visão estática das culturas, não aprendendo nada uns com os outros.

Vivemos um tempo de mudança, mas também de esperança. Aceitar o pluralismo não significa diluição ou negação dos nossos valores, é um dado da vida em sociedade e um recurso que abre novos horizontes de sentido.

É essencial não considerar as nossas convicções, religiosas ou outras, como verdades únicas. A compreensão mútua, a tolerância e a capacidade de interagir e cooperar constroem-se a partir do (re)conhecimento dos outros, incluindo a sua identidade religiosa.

O QUE É O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO?

Diálogo inter-religioso é definido por Jean-Claude Basset, na sua obra *El Diálogo Interreligioso*, como um “intercâmbio de palavras e escuta recíproca que compromete em pé de igualdade os crentes de diferentes tradições religiosas”.

Fonte: Cf. J. C. BASSET, *El Diálogo Interreligioso*, Desclée, Bilbao, 1999, p. 30



DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

BREVE DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

BREVE DESCRIÇÃO

DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A evolução histórica do diálogo inter-religioso é caracterizada por um movimento gradual, a partir de encontros informais e interações culturais até a institucionalização de práticas e entidades que visam promover a compreensão e o respeito entre as diferentes tradições religiosas. **O diálogo inter-religioso não é um produto de uma única pessoa ou iniciativa, mas sim o resultado de séculos de interação e encontros entre diferentes culturas e religiões.**

No período medieval, a Europa, o Norte da África e partes da Ásia foram palco de intensos encontros culturais e religiosos. Nestas regiões, o cristianismo, o islamismo e, em certos contextos, o judaísmo, coexistiram muitas vezes em tensão, gerando tanto conflitos quanto processos de sincretismo religioso. Esses encontros entre diferentes religiões eram mais comuns em áreas de maior contacto, como nas fronteiras e nos centros de comércio, e frequentemente resultavam em conflitos ou em processos de fusão de diferentes religiões⁶.

1948

Declaração Universal
dos Direitos Humanos (DUDH),
Assembleia Geral
das Nações Unidas

1981

Declaração sobre a Eliminação
de Todas as Formas de
Intolerância e Discriminação
Baseadas na Religião
ou Convicção; Assembleia
Geral das Nações Unidas
(Resolução 36/55)

1966

Pacto Internacional sobre
os Direitos Civis e Políticos
(PIDCP), Nações Unidas

Nas cidades medievais situadas em rotas comerciais estratégicas — como Veneza, Córdoba, Lisboa, Damasco ou Alexandria —, o movimento de mercadores, artesãos e viajantes de diferentes religiões era constante. Esses locais eram verdadeiros caldeirões culturais, onde a convivência quotidiana podia levar à troca de conhecimentos, tecnologias e ideias, incluindo aspetos religiosos.

Já nos séculos XIX e XX, o surgimento do nacionalismo e da expansão colonial contribuíram para a perceção de uma “concorrência religiosa”, mas também para a emergência de uma reflexão mais profunda sobre a diversidade religiosa.

Nesse período houve uma instrumentalização religiosa no contexto colonial, na qual as religiões foram mobilizadas quer como marcadores da identidade civilizacional, quer como justificação ideológica da chamada “missão civilizadora”.

Em 1893, o Parlamento das Religiões do Mundo⁷ inaugurou o nascimento formal do diálogo inter-religioso, reunindo em Chicago, no contexto da Exposição Mundial de Chicago, pela primeira vez, um conjunto significativo de representantes de diversas religiões para debater assuntos relacionados com os seus credos.

Principais Desenvolvimentos na ONU sobre a Liberdade de Religião ou Crença (1993–2024)



Procuravam, desta forma, construir uma plataforma comum de diálogo e entendimento que levasse, em última instância, à construção da paz. Representa, sem dúvida, um marco na história do diálogo inter-religioso.

No mesmo ano (1893), desta vez por iniciativa da Igreja Adventista do Sétimo Dia emerge a **International Religious Liberty Association (IRLA)** como uma organização dedicada à defesa universal da liberdade de religião ou crença. Embora tenha raízes confessionais, a IRLA rapidamente assumiu um carácter inter-religioso e inclusivo, defendendo o direito de todas as pessoas, “de todas as religiões e de nenhuma”, a viverem segundo a sua consciência religiosa, sem coerção estatal. Hoje, com mais de 130 anos de existência, a IRLA continua a atuar como uma das principais organizações não governamentais globais na promoção e proteção da liberdade de religião ou crença, alinhando-se com os instrumentos internacionais da ONU.

Já a **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)**⁸, criada em 1945, contribuiu desde a sua fundação para a promoção da dignidade humana, dos direitos humanos e do respeito pela diversidade cultural. Contudo, só a partir dos anos 1990 — e de forma mais consistente após os atentados de 11 de setembro de 2001 — é que a UNESCO passou a integrar explicitamente o diálogo inter-religioso nas suas iniciativas, **reconhecendo o papel das tradições**

religiosas na construção da paz, na promoção do desenvolvimento sustentável e na luta contra a pobreza.

Nesse contexto, em 2006 lançou o programa *Interreligious Dialogue for Peace*⁹, destinado a fomentar a compreensão intercultural e a cooperação entre comunidades religiosas como condição essencial para uma convivência pacífica e inclusiva.

O **Concílio Vaticano II (1962–1965)** impulsionou o envolvimento católico no diálogo inter-religioso. Durante séculos, a Igreja Católica manteve uma postura de exclusividade salvífica (*extra Ecclesiam nulla salus*). Essa posição mudou radicalmente com o Concílio Vaticano II, designadamente com a declaração *Nostra Aetate* (1965). Neste documento, a Igreja Católica afirmou que nas outras religiões “encontram-se reflexos da verdade que ilumina todos os homens”.

A partir da segunda metade do século XX, o diálogo inter-religioso deixou de ser um exercício académico ou esporádico para se tornar um movimento organizado a nível global. **Em 1970, foi fundada a World Conference of Religions for Peace** (Religiões pela Paz)¹⁰, uma coligação inter-religiosa que reúne cristãos, muçulmanos, judeus, hindus, budistas, sikhs, xintoístas e outros, com o objetivo de transformar princípios espirituais em ações concretas — desde a mediação de conflitos até à luta contra a pobreza e as alterações climáticas.

Religiões pela Paz atua tanto a nível nacional quanto internacional, **com representações em mais de 90 países. Cada país conta com um Conselho Inter-religioso Nacional**, composto por líderes de diferentes tradições religiosas, que trabalha localmente para promover ações coletivas e resolver tensões comunitárias. Organizam, a cada cinco anos, uma conferência mundial que junta centenas de representantes religiosos para discutirem entre si as grandes questões e desafios que o nosso tempo enfrenta, sobretudo ao nível da paz mundial. Mais do que uma simples plataforma de diálogo, Religiões pela Paz representa uma força ética e espiritual global que demonstra o poder transformador das religiões quando se unem por causas justas.

O núcleo ético e filosófico do diálogo inter-religioso contemporâneo reside na ideia de que **“posso aprender contigo”** (Swidler & Mojzes, 2000). Esta atitude contrasta com os modelos anteriores baseados na conversão, competição ou simples coexistência. Em vez de buscar uma “verdade única”, **o diálogo moderno propõe uma verdade relacional, construída na escuta, no respeito e na partilha de experiências espirituais e éticas.**

Em 2007, nasce, assim, a iniciativa a **Common Word between Us and You**¹¹, que significa “Uma Palavra Comum Entre Nós e Vós”.

Trata-se de uma iniciativa muçulmana de promoção do diálogo inter-religioso através de uma carta aberta em que 138 académicos, clérigos e intelectuais muçulmanos propõem, como base comum de entendimento entre muçulmanos e cristãos, o amor a Deus e ao próximo¹². Este documento foi escrito na sequência da polémica que envolveu o discurso do Papa Bento XVI, em Ratisbona¹³, e das reuniões que daí advieram entre ambas as partes. Esta carta é um marco significativo na relação entre as duas religiões, ou mesmo uma aproximação sem precedentes. Suscitou respostas e comentários e motivou diversas conferências e reuniões entre crentes islâmicos e cristãos, onde o diálogo interreligioso se vai tornando uma realidade. De entre as várias iniciativas que sucederam à carta pode ser destacado o **primeiro Fórum Internacional Cristão-Muçulmano** que decorreu no Vaticano um ano após a sua publicação¹⁴. Três personalidades que estiveram na origem deste documento receberam, em 2008, o **prémio Eugen Biser**¹⁵ que distingue aqueles que trabalham na criação de uma base comum para a coexistência pacífica e tolerante de todas as religiões e nações.

Um ano depois, em 2008, a **Conferência Mundial sobre o Diálogo**¹⁶ foi realizada em Espanha. Trata-se de uma iniciativa islâmica de reflexão acerca da necessidade do diálogo inter-religioso que reuniu representantes do Islão, do Judaísmo, do Cristianismo, do Hinduísmo, do Budismo, do Xintoísmo e do Confucionismo.

Foi organizada pela **Liga Islâmica Mundial**¹⁷, sob a direção do Guardião dos Lugares Sagrados, o Rei Abdullah Ibn Abdul Aziz Al-Saud, da Arábia Saudita. Este **apelou a que todos os verdadeiros crentes das grandes religiões mundiais se empenhem em derrotar extremismos religiosos, a encontrar causas comuns e a propagar a paz**¹⁸.

Hoje, várias organizações como o Conselho Mundial de Igrejas¹⁹, o Fórum da Cultura Global Inter-Religiosa, e a UNESCO, entre outras, promovem o diálogo inter-religioso em nível global e local.

O diálogo inter-religioso tem vindo a desenvolver-se ao longo dos séculos, desde os primeiros encontros entre religiões em contextos medievais de comércio e fronteira, passando por momentos marcantes como o Parlamento das Religiões do Mundo em 1893, até à criação de organismos internacionais dedicados à promoção da paz e compreensão mútua. Este processo reflete uma crescente consciência da importância do respeito pelas diferenças religiosas e culturais como instrumento fundamental para a construção de sociedades mais justas, tolerantes e solidárias. A história desse diálogo revela que ele não surgiu de forma repentina ou isolada, mas é fruto de um longo percurso de trocas, conflitos, reflexões e cooperação entre povos e tradições.

Nos dias de hoje, instituições como a UNESCO, as Nações Unidas, o Conselho Mundial de Igrejas e, especialmente, a organização Religiões pela Paz, assumem um papel central na promoção de iniciativas concretas de cooperação inter-religiosa.

Movimentos como a carta *Common Word* ou a Conferência Mundial sobre o Diálogo reforçam a ideia de que as **religiões, longe de serem fontes de divisão, podem ser agentes transformadores na busca da paz, da justiça social e da proteção ambiental**.

Assim, **o diálogo inter-religioso continua a evoluir como uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios globais contemporâneos, promovendo a união em torno de valores universais partilhados**.



Frei Michael Daniels,
Pároco de Nossa Senhora de Fátima, Quinhamel
no I Encontro Nacional de Reflexão dos Líderes
Religiosos para a PREV, 30/11 a 1/12 de 2022



INICIATIVAS EMERGENTES DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA GUINÉ-BISSAU

INICIATIVAS EMERGENTES DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA GUINÉ-BISSAU

Apesar da ausência de instituições formais para a promoção do diálogo inter-religioso, têm existido ao longo do tempo diversas iniciativas empenhadas na valorização e concretização desse ideal na Guiné-Bissau. **Desde a década de 90, as diferentes confissões religiosas da Guiné-Bissau têm desenvolvido ações conjuntas para a promoção do diálogo pela paz entre as religiões.** Neste âmbito, foi constituído um espaço informal liderado pela Igreja Católica Apostólica Romana guineense. Esta estrutura congregava todas as organizações representativas das principais confissões religiosas do país. Aquando dos seus encontros, eram produzidas declarações e pronunciamentos conjuntos sobre os diversos assuntos que assolavam o país, com especial destaque para as questões relacionadas com a crónica instabilidade política e governativa, e os seus efeitos perniciosos na vida dos cidadãos.

Foi realizado a 7 de junho de 1994, o primeiro Encontro da Paz, Diálogo e Fraternidade²⁰, que juntou representantes de todas as confissões religiosas do país com o objetivo de incentivar a promoção da paz e da coesão nacional, numa altura em que o país se preparava para a realização das primeiras eleições multipartidárias. Na altura, o Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, o primeiro Bispo do país pós-independência, convocava o povo da Guiné-Bissau a celebrar um marco histórico: as primeiras eleições presidenciais e legislativas, que ocorreram a 3 de julho de 1994.

Mais recentemente, **em 2017**, na sequência da crise política governativa despoletada em 2015, foi realizado **no Estádio de Futebol Lino Correia, a oração conjunta pela paz na Guiné-Bissau²¹**, uma iniciativa apoiada pela União Europeia, que juntou líderes de todas as confissões religiosas do país, concretamente, muçulmanos, cristãos, evangélicos e religiões tradicionais.

Dom Pedro Carlos Zili, da Igreja Católica afirma que este encontro de oração revelou duas coisas fundamentais: 1. – “nós queremos profundamente que a paz, antes de ser uma conquista humana, seja um dom de DEUS. É por isso que pedimos a DEUS o dom da paz. Para nós cristãos, Jesus Cristo é a nossa paz por ter abatido o muro que dividia os dois povos tornando-os um único povo de Deus”; 2. – “o exemplo bonito que as religiões podem dar da Guiné-Bissau de colaboração, diálogo, e de gostar de estar juntos e de louvar sempre o mesmo DEUS”.

Aladje Sirajo Bari, em representação da comunidade islâmica disse que “na verdade a paz estava ameaçada no país. Dizem que há estabilidade, mas nos corações das pessoas e nas suas atuações está a ser verificado o contrário. Para isso queremos ver a paz em todos os guineenses. Precisamos cultivá-la antes de acontecimentos indesejáveis”.

O pastor Domingos da Igreja Evangélica, sublinhou que não há nada impossível para DEUS, razão pela qual, “decidimos colocar a nossa petição junto a Ele para sentir que os nossos corações estão realmente virados para a paz”.

Neste mesmo ano, o Bispo de Bafatá, Dom Pedro Carlos Zili, institucionalizava a chamada “Oração Ecuménica e Inter-religiosa pela Paz”²². Trata-se de um evento anual que junta todas as confissões religiosas em torno dos ideais da paz e do diálogo inter-religioso.

A experiência guineense de cultura de tolerância e diálogo inter-religioso começa a ser referenciada como um exemplo importante de convivência pacífica entre as religiões.

A 12 de dezembro de 2019, em Empada, na região sul, realizou-se uma nova oração inter-religiosa pela paz — desta vez, especificamente em prol da segunda volta das eleições presidenciais, agendada para 29 desse mês.

Foi no Liceu Dom Settimio Arturo Ferrazetta que religiosos, alunos, professores e as comunidades locais se reuniram para apelar à paz. As comunidades católica, evangélica e muçulmana de Empada anteciparam este momento de oração conjunta, sentindo a necessidade de apelar à contenção no uso de discursos populistas e de narrativas de ódio durante a campanha eleitoral.²³

Foi assim que, na declaração do **XIV Encontro dos Bispos dos Países Lusófonos**, que decorreu em **janeiro de 2020**²⁴, sob o tema **“Compromisso pela Paz, pela Fraternidade Humana e a Vida em Comum no Espaço Lusófono”**, lemos *“a Guiné-Bissau, cuja população professa diferentes religiões (tradicionalistas, muçulmana, cristãs e outras), é um país onde o diálogo ecuménico e inter-religioso tem uma grande relevância no dia a dia das pessoas e das comunidades. A longa experiência dos Senhores Bispos de Bissau e Bafatá, em conjunto com os líderes muçulmanos e evangélicos, no diálogo e ação inter-religiosa, na prevenção e mediação de conflitos e na criação de um ambiente favorável à paz e ao desenvolvimento, serve de inspiração e base de reflexão para todo o espaço lusófono”*.

Em 2022 o projeto Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz* inicia a promoção de iniciativas de diálogo inter-religioso. A primeira foi o **I Encontro Nacional de Reflexão dos Líderes Religiosos para a Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento na Guiné-Bissau**, nos dias 30 de novembro a 1 de dezembro de 2022 no Hotel Dunia Bissau. No final de dois dias de trabalho, **foi adotada por unanimidade, pelos 50 líderes religiosos presentes (comunidade islâmica, católica e evangélica), representando as várias regiões do país, a “Agenda Comum para a Paz”**²⁵.

Os líderes religiosos reconhecem os riscos que fenómenos como o radicalismo e o extremismo violento representam para a paz, dado o contexto regional em que a Guiné-Bissau está inserida.

Posteriormente, enquadrado na Agenda Comum para a Paz, os líderes religiosos publicaram duas importantes declarações conjuntas em 2023 e 2024²⁶. A primeira apelou a uma maior contenção e mesmo abstenção da profusão de discursos de ódio, centrados nas diferenças étnicas e religiosas, durante a campanha eleitoral. Igualmente, exortou a que as eleições fossem inclusivas, transparentes, livres e justas.

Mais tarde, nova declaração, desta feita, assinada pelos representantes das comunidades Católica, Muçulmana, Evangélica e Religião Tradicional, na qual repudiam todos os atos de intolerância religiosa registados no País e apelaram à cessação imediata dos mesmos.

A declaração conjunta, para além de estimular as autoridades judiciais no sentido de investigar e trazer à justiça quaisquer responsáveis por atos de intolerância religiosa que possam pôr em causa a paz e a coesão nacional, também requer que os guineenses se abstenham de proferir, divulgar e disseminar discursos sectários e radicais, capazes de incentivar o ódio e a intolerância no país.

Em 2024, para assinalar o Dia Internacional da Paz, foi promovido o encontro: A importância do diálogo inter-religioso na consolidação da paz e prevenção do radicalismo e extremismo violento²⁷. O evento, **presidido pelo Primeiro-Ministro Rui Duarte de Barros, reuniu 161 participantes**, incluindo líderes religiosos das principais confissões religiosas do país (comunidades muçulmana, católica, evangélica e religião tradicional), diplomatas, membros do governo e da sociedade civil, destacando os desafios locais e regionais, como a instabilidade no Sahel e o aumento do extremismo violento.

Segundo o Chefe de Governo, Rui Duarte de Barros, “nos últimos dois anos e meio, o Observatório da Paz tem sido, de facto, não só uma iniciativa inovadora de diálogo entre diferentes atores nacionais, mas, também, de formação e reforço de capacidades de diversos segmentos da sociedade, nomeadamente, dos líderes religiosos, tais como Imames, Padres, Pastores, das mulheres, jovens, jornalistas, entre outros”.²⁸

As iniciativas impulsionadas pelo Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz* têm contribuído para fortalecer as bases existentes, proporcionando o contexto para a criação de um espaço formal de concertação e debate entre os líderes religiosos da Guiné-Bissau, com o objetivo de aprofundar o diálogo inter-religioso no país.





QUADRO LEGAL DA LIBERDADE RELIGIOSA NA GUINÉ-BISSAU

QUADRO LEGAL DA LIBERDADE RELIGIOSA NA GUINÉ-BISSAU

Religião e poder: o desafio da neutralidade estatal

A separação entre a Igreja e o Estado é hoje considerada um princípio fundamental nas democracias modernas, garantindo a liberdade religiosa, o pluralismo e a neutralidade do Estado perante as diferentes crenças.

No entanto, este conceito não surgiu de forma repentina ou pacífica. Foi fruto de um longo processo histórico, marcado por conflitos entre o poder temporal e o espiritual, revoluções políticas e transformações sociais profundas.

Segundo Jorge Bacelar Gouveia, “em termos antropológicos, está hoje comprovado que o *homo sapiens* coincidiu com o aparecimento do *homo religiosus*, pelo que se percebe que o desenvolvimento da Humanidade andou de mãos dadas com os sentimentos religiosos, sendo este um dos critérios que os distingue dos outros seres vivos.”²⁹

Sobre o que levaria os primeiros seres humanos a abraçarem a religião, o filósofo inglês, David Hume, na História natural da religião, de 1757, afirmou que “(...) as primeiras ideias da religião não nasceram de uma contemplação das obras da natureza, mas de uma preocupação em relação aos acontecimentos da vida, e da incessante esperança e medo que influenciam o espírito humano.”³⁰

Da importância da religião no contexto social à necessidade da sua regulação jurídica, há apenas um pequeno passo. Ao direito compete estabelecer os critérios que regem as relações entre pessoas e grupos em cada esfera da convivência comunitária. A religião não se limita à dimensão individual, manifestando-se também como fenómeno coletivo, de sociabilidade humana; por isso mesmo, o direito tem um papel regulador. O seu objetivo último é assegurar a justiça e a segurança nas relações sociais, para o que pode recorrer à aplicação de sanções, no exercício de um poder político colocado ao serviço desse direito.

A religião é, sem dúvida, uma daquelas realidades cuja compreensão se alcança mais facilmente pela vivência do que pela definição. Mesmo assim, é possível concebê-la como a relação do ser humano com o sagrado. **A palavra “religião” tem origem latina e apresenta uma etimologia discutida, frequentemente associada a religare — que significa “ligar novamente” ou “unir”, simbolizando a ligação entre o humano e o divino.** Outra hipótese etimológica aponta para *relegere*, interpretado como “ler novamente” ou “reexaminar”, sugerindo práticas de reflexão e cuidado com rituais religiosos. Em contrapartida, a ideia menos difundida de *reelectio* remete para uma escolha repetida ou constante, relacionada com o compromisso contínuo com o sagrado.

Assim, **seja enquanto experiência vivida, seja enquanto sistema de crenças estruturado, a religião ocupa um lugar central na vida social e exige, por isso, uma mediação jurídica equilibrada, capaz de respeitar a liberdade religiosa e, ao mesmo tempo, garantir a convivência pacífica em sociedades pluralistas.**

A Reforma protestante do século XVI desempenhou um papel fundamental na gênese da liberdade religiosa, ao questionar a autoridade única da Igreja Católica e promover a diversidade de interpretações da fé cristã. Lutero, Calvino e outros reformadores defendiam o direito individual de ler e interpretar a Bíblia, rompendo com o monopólio eclesiástico sobre a verdade religiosa. Embora muitas das novas igrejas reformadas também perseguissem dissidentes nos seus primeiros tempos, o próprio movimento criou as condições para o reconhecimento progressivo da pluralidade religiosa. A Reforma contribuiu assim para enfraquecer o modelo medieval de uma única religião estatal e obrigatória, abrindo caminho, no longo prazo, à ideia de que a consciência individual deveria ser livre face à imposição estatal ou eclesiástica — um dos pilares da liberdade religiosa moderna.

Jónatas Machado afirma que a **Reforma constitui um marco fundamental na história do pensamento e das instituições políticas do mundo ocidental**: “vai ser precisamente no contexto das controvérsias então ocorridas que são edificados os pilares do constitucionalismo liberal, designadamente o **conceito moderno de liberdade de consciência e de religião** que lhe anda intimamente associado.”³¹

Para **John Locke**, “(...) nenhuma pessoa privada tem o direito de prejudicar de qualquer maneira outrem no gozo de seus direitos civis por ser este de outra Igreja ou religião.”³²

Por conseguinte, o Estado não pode impor a um indivíduo uma religião específica: “(...) mesmo que a opinião do magistrado em religião seja fundamentada e mesmo que o caminho que aponte seja verdadeiramente evangélico, se eu não estiver profundamente convicto disso em meu próprio espírito, não haverá garantia do seu seguimento.”³³ Locke diz ainda que “o bem público constitui a norma e a medida da elaboração das leis. O que não é útil à comunidade, por mais indiferente que seja, não pode, em razão desta sua condição, ser estabelecido pela lei.”³⁴ E por fim, Locke afirma que **“deve-se (...) deixar a cada homem o cuidado de sua própria salvação eterna”** (...).³⁵

Os Estados Unidos da América (EUA) ficarão mundialmente reconhecidos pela separação da religião do Estado. **A Constituição Norte-Americana de 1787, mais concretamente a sua primeira emenda de 1791, a Declaração de Direitos**, que formou as primeiras 10 emendas constitucionais, contém a Cláusula de Estabelecimento, bem como do Livre Exercício: **“O Congresso não fará nenhuma lei respeitando um estabelecimento de religião, ou proibindo o seu livre exercício; ou restringindo a liberdade de expressão ou de imprensa; ou o direito do povo de se reunir pacificamente e de apresentar petições ao Governo para a reparação de queixas.”**³⁶

Fernando Cartoga afirma que nos Estados Unidos, “(...) dada a força da memória das perseguições que os pioneiros transportavam da Europa, (...) não surpreende o valor que os fundadores do novo Estado irão dar à problemática da tolerância civil e à sua institucionalização, de molde a conseguir-se respeitar o pluralismo confessional, premissa da paz civil.”³⁷

Dos preceitos da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**³⁸ é aprovada no calor da **Revolução Francesa em 26 de agosto 1789**, diz o seguinte: **“A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição”** (artigo 16º).

O grande historiador e cientista francês, **Alexis de Tocqueville**, na sua obra *Da Democracia na América*, publicada em 1835, afirma que **as religiões se devem manter dentro do seu domínio próprio, “(...) pois, querendo estender o seu poder para além dos assuntos de cunho religioso, arriscam a ser desacreditadas em todos os campos”**³⁹.

O constitucionalista alemão **Ernst-Wolfgang Böckenförde**, no artigo *O Direito Fundamental da Liberdade de Consciência*, de 1970, afirma que **a Liberdade de Consciência consiste na “(...) base de nossos modernos Direitos de liberdades individuais – na verdade, na moderna concepção da liberdade em si.”**⁴⁰

A Constituição da Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau tem vivido sucessivos episódios de agitação e instabilidade política. A evolução político-institucional tem a particularidade de ter antecipado o resultado da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974, porquanto a sua **independência** chegou a ser proclamada em **24 de setembro de 1973, em Madina do Boé**, texto constitucional que depois seria retomado com o reconhecimento da independência formal.

A atual **Constituição da república da Guiné-Bissau** (CGB, com a última alteração ocorrida em 1996), tem a seguinte sistematização:

- Título I – Princípios Fundamentais
- Título II – Dos Direitos, Liberdades, Garantias e Deveres Fundamentais
- Título III – Organização do Poder Político
- Título IV – Garantia e Revisão da Constituição
- Título V – Disposições Finais e Transitórias

O tratamento constitucional da religião, na ausência de legislação ordinária específica⁴⁰, inclui as seguintes disposições:

a assunção de laicidade como característica fundamental do Estado: “A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária” (art. 1 da CGB);

a proibição dos partidos políticos usarem denominações religiosas: “A denominação do partido não poderá identificar-se com qualquer parcela do território nacional, nem evocar nome de pessoa, igreja, religião, confissão ou doutrina religiosa” (art- 4.ª. n.º 5. Da CGB);

o princípio da laicidade e o reconhecimento das confissões religiosas: “1 - Na República da Guiné-Bissau existe separação entre o Estado e as instituições religiosas; 2 - O Estado respeita e protege confissões religiosas reconhecidas legalmente. A atividade dessas confissões e o exercício do culto sujeitam-se à lei (art. 6.º. n.ºs 1 e 2, da CGB)”;

o princípio da igualdade: “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica” (art. 24 da CGB).

a liberdade de consciência de religião: “1 - A liberdade de consciência de religião é inviolável”; “2 - A todos é reconhecida a liberdade de culto, que em caso algum poderá violar os princípios fundamentais consagrados na Constituição”; “3 - É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião praticada, no âmbito da respetiva confissão” (art. 52.º da CGB).

a laicidade do Estado como limite material à revisão constitucional: "Nenhum projeto de revisão poderá afetar: (...) b) O estatuto laico do Estado" (art. 130.º; al. b), da CGB).

De notar ainda que o texto constitucional afirma que a liberdade de religião e consciência são invioláveis, o artigo 30.º (seção 2) permite ao Estado suspender ou limitar "direitos, liberdades e garantias fundamentais" em caso de Estado de emergência, mas apenas "para proteger outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos, e estas suspensões ou limitações não podem ser retroativas, nem diminuir o conteúdo essencial desses direitos" (artigo 30.º, secção 3).

Quando querem organizar-se em associações e dispor de personalidade jurídica, os grupos religiosos são obrigados a obter uma licença junto do Ministério da Justiça e Direitos Humanos para poderem receber isenções fiscais. Embora possam ensinar a sua fé e alguns tenham escolas privadas, a instrução religiosa não é permitida nas escolas públicas. Contudo, existem algumas escolas privadas geridas por grupos religiosos que devem cumprir as normas curriculares governamentais para conceder qualificações reconhecidas a nível nacional.

LIBERDADE RELIGIOSA

Enquanto conceito político-jurídico a liberdade religiosa é uma dimensão da liberdade de consciência que compreende, *lato sensu*, ao nível individual, a liberdade dos indivíduos para escolher, mudar ou abandonar uma religião, praticar ou não o culto da religião professada ou de reunir-se e manifestar-se de acordo com as suas convicções; e, ao nível coletivo, a liberdade de as igrejas e comunidades religiosas se organizarem em torno dos seus fins religiosos, como o exercício do culto e dos ritos, a assistência religiosa, a missionação ou o ensino religioso.



**PORQUÊ FALAR DO DIÁLOGO
INTER-RELIGIOSO?**

PORQUÊ FALAR DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO?

O diálogo inter-religioso refere-se à interação e compreensão mútua entre diferentes religiões, com o objetivo de promover a paz, a tolerância e o respeito pelas diferenças⁴². Esta forma de diálogo vai além do mero convívio: trata-se de um processo de troca de conhecimentos, experiências e perspectivas espirituais, capaz de estabelecer pontes entre crenças e culturas diversas. Reconhece a pluralidade religiosa como uma realidade contemporânea e almeja, através da escuta e do respeito, criar condições para uma coexistência pacífica e solidária.

Vivemos num mundo inequivocamente global no qual a percepção da pluralidade e da diferença é uma constante. Enquanto descobrimos quem é o “outro” e qual a sua pertença religiosa e cultural, somos chamados enquanto seres humanos a desenvolver competências mais alargadas de relação e de diálogo. Este desafio exige superar preconceitos, relativizar certezas absolutas e construir espaços de convivência baseados no reconhecimento da dignidade humana.

Muitos foram os acontecimentos históricos — especialmente no século XX — que transformaram a visão do ser humano acerca de si próprio e do mundo em que vive. Apesar das diferenças que caracterizam cada povo e cultura, assistimos hoje a uma crescente consciência universal da existência de uma Humanidade partilhada. Essa consciência traduz-se numa valorização progressiva dos direitos humanos universais, independentemente da origem cultural ou da crença religiosa de cada pessoa.

A história mais recente levou ao renascer do debate em torno da religião e do seu papel no mundo, debate esse que, muitas vezes, assenta em “ideias feitas” e preconceitos. Por exemplo, julgar que a religião é o único fator na origem de guerras ou conflitos é uma visão simplista desses fenómenos. **Enquanto assistimos ao regresso daquilo que se crê ser uma forma de violência religiosa, ressurgem também, por outro lado, formas de fundamentalismo antirreligioso, que perspetivam a religião como fonte de discórdia, não considerando o seu potencial espiritual e relacional.**

As religiões são parte integrante da identidade coletiva e pessoal, uma vez que marcam de forma significativa a sua estrutura e formas de relação. São propostas de sentido com origens e características distintas, que mobilizam e comprometem aqueles que a elas aderem. Deste modo, o diálogo inter-religioso enquanto dimensão do intercultural, enquadra especificamente o religioso e o espiritual, bem como as convicções e valores que cada ser humano assume na sua vida. É na complexidade destes universos de sentido e das suas relações históricas que esta forma de diálogo toma corpo num campo próprio. Trata-se de um tipo de relação entre as diversas religiões e convicções, onde não se procura nem anular o que caracteriza determinada crença, nem construir algo de novo. **Não pode servir para encontrar pontes em comum que possam levar a um regresso à influência sobre o Estado de modo a impor a visão de uma maioria mesmo que composta por múltiplos credos sobre minorias que não se revejam nesses eventuais ditames.** Também não deve conduzir ao domínio de uma liderança religiosa sobre as outras. **Deve antes funcionar como uma mútua vigilância que preserve a autonomia das religiões e mantenha o Estado num regime de laicidade.**

A História ensina-nos, por exemplo com a Inquisição, os perigos de confundir poder político com autoridade religiosa, ou de impor leis inspiradas por uma maioria religiosa às minorias. **Daí a importância de instituições e processos que garantam a separação entre religião e Estado, salvaguardando o direito de todas as pessoas — crentes ou não — a viverem segundo as suas convicções, sem discriminação.** É interessante, **na Europa**, por exemplo, **o fundamentalismo antirreligioso contra as minorias, designadamente as comunidades judaicas e islâmicas**, cuja exploração **é feita pelos partidos populistas e a extrema-direita** com recurso às redes sociais e na profusão de discursos de ódio. Já **nos EUA**, com a atual administração de Donald Trump, **protestantes e católicos convergem na tentativa de reverter a liberdade religiosa que lhes assiste ao impor leis religiosas**, como a fixação dos 10 mandamentos em escolas públicas⁴³, ou revertendo liberdades essenciais para as mulheres⁴⁴, entre outras medidas.

A consciência plural convoca a liberdade e o respeito mútuo como valores na base da relação e interação entre os povos, na medida em que se evidencia não só a existência de uma visão e tradição, mas de várias, que devem aprender a coexistir pacificamente. Desta forma, nunca como antes foi tão pertinente falar e refletir sobre o diálogo intercultural, questionando as formas como se constrói, os objetivos que acompanham o seu desenvolvimento ou as razões que pautam o seu crescimento.

Os fenómenos migratórios, conjugados com a crescente mobilidade e comunicação globais, desafiam profundamente cada sociedade para a construção de um espaço verdadeiramente intercultural, onde todos têm e ocupam um lugar. Tanto as populações que se deslocam, como as que acolhem, têm um papel ativo para que o valor da dignidade humana seja preservado e que cada pessoa, na sua diferença, possa ser reconhecida e valorizada.

Na perspetiva de um contributo para a paz e de respeito pelos direitos humanos, é no âmbito do diálogo intercultural e na complexa, mas possível, tarefa de relação mundial que se enquadra o diálogo inter-religioso.

A diferença e a identidade espiritual e religiosa são valorizadas, exatamente, no momento em que são chamadas a dialogar, a coexistir em harmonia e paz, contribuindo para a construção de um mundo melhor, mais consciente da sua diversidade e riqueza.

O diálogo é uma forma de estar, de ser e de viver o que cada um é e acredita. Deste modo, nunca estará concluído nem acabado. Não é uma tarefa que possamos cumprir, mas uma atitude que devemos cultivar para o bem da sociedade em que vivemos.

A ONG bissau-guineense **Voz di Paz** - Iniciativa para a Consolidação da Paz, desde 2007 (com estatuto jurídico desde 2010) trabalha para o enraizamento da cultura de paz. Desde a sua génese trabalha no domínio da resolução de conflitos a nível local através dos seus Espaços Regionais de Diálogo (ERD). A abordagem da Voz di Paz promove a participação inclusiva, o reforço da capacidade e a responsabilização dos atores locais, permitindo-lhes ser ativos na identificação dos problemas e pró-ativos na procura de soluções adequadas para construir uma paz duradoura, como pré-requisito de um desenvolvimento sustentável. Esse diálogo inclui, necessariamente, todas as lideranças religiosas.

A **Rede Oeste Africana para Construção de Paz (WANEP-GB)**; sigla no inglês - West Africa Network for Peacebuilding), promove respostas cooperativas a conflitos violentos; fornecer a estrutura através da qual estes profissionais e instituições trocarão regularmente experiências e informações sobre questões de construção da paz, transformação de conflitos, reconciliação social, religiosa e política; e promover os valores culturais sociais da África Ocidental como recursos para a construção da paz. No quadro do projeto de Monitorização, Análise e Mitigação da Violência Eleitoral (EMAM 2023-2026), entre outras ações anteriores, procura reforçar o compromisso de diálogo inter-religioso, numa afirmação da pluralidade étnica e religiosa tão característica da Guiné-Bissau em oposição contra os discursos políticos que procuram a disrupção da coesão social.

É, igualmente, neste espírito que o Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz* decide dar voz aos guineenses, homens e mulheres, responsáveis do governo, líderes religiosos e tradicionais, representantes das organizações das mulheres e jovens, sobre o papel que desempenha o diálogo inter-religioso nos esforços conjuntos de promoção da paz, coesão nacional e prevenção da radicalização e extremismo violento na Guiné-Bissau.

O QUE É O DISCURSO DE ÓDIO?

Atualmente, **não existe uma definição jurídica universalmente** aceite de discurso de ódio no direito internacional. A **Estratégia e Plano de Ação da ONU sobre o Discurso de Ódio** entende o discurso de ódio como “**qualquer tipo de comunicação** verbal, escrita ou comportamental **que ataque ou use linguagem pejorativa ou discriminatória** em referência a uma pessoa ou grupo com base em quem eles são, ou seja, **com base na sua religião, etnia, nacionalidade, raça, cor, ascendência, género ou outro fator de identidade**”.

Em: Peacebuilding Fund, PBF Tip Sheet on Hate Speech; UN, What is Hate Speech?



VOZES E PERSPETIVAS DOS GUINEENSES SOBRE O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E A PREVENÇÃO DO RADICALISMO E EXTREMISMO VIOLENTO



DOCUMENTÁRIO

Vozes pela Paz e Tolerância

Os testemunhos pela paz e tolerância registrados na presente publicação, estão igualmente disponíveis no documentário “Vozes pela Paz e Tolerância”, um filme do Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz*, realizado por Marino da Costa, dando voz aos líderes religiosos, aos atores da sociedade civil e aos responsáveis políticos que, diariamente, constroem pontes entre o Islão, o Cristianismo e as crenças tradicionais, bem como se mobilizam no combate ao discurso de ódio, reafirmando o compromisso comum com a paz.



Assista ao documentário completo aqui:



<https://tinyurl.com/Vozes-pela-Paz>

Um filme do Observatório da Paz, realizado por Marino da Costa

1.

**ELISA TAVARES
PINTO**

GOVERNADORA
DA REGIÃO DE GABÚ



“ Realmente, é bom começar a falar sobre o diálogo para a promoção da paz, porque é um aspeto que está em falta nos guineenses. **Sabemos que o nosso país é laico, permite a prática diversa de religiões, mas, para que o diálogo inter-religioso contribua para a promoção da paz, é preciso que haja ainda diálogo dentro de cada religião, porque o problema interno nas religiões é evidente.** Se uma religião está com problemas, não se dialoga, há sempre choques internos. Ora, como é que se pode promover o diálogo com outra religião? Por exemplo, na religião islâmica, registam-se vários problemas na Guiné-Bissau, que ala dessa religião se pode sentar à mesa do diálogo com a religião católica?

Mesmo aqui na região de Gabu, deparamo-nos diariamente com situações de conflito, em que já participei pessoalmente na mediação, e vê-se que são conflitos sem cabimento, não são conflitos tão relevantes que possam transbordar. Muitas vezes, é o que chamamos de radicalismo. Então, este é um trabalho que tem de ser feito internamente por cada religião, para que haja coesão interna, para depois dialogar com outras religiões.

Há vários aspetos que não quero tocar, mas há indícios, na prática religiosa, de fatores capazes de trazer problemas a nível da juventude e da família. **Nós não devemos entrar em desavença por causa da fé, porque esta tem que ver com amor ao próximo, e o caminho de amor é que nos aproxima de Deus.**

Mesmo no seio dos ativistas que promovem o diálogo inter-religioso há divisões entre os que praticam religiões diferentes. Se eles não estão em condições de transmitir ações de amor ao próximo, qual é a mensagem que podem levar às religiões? Deve haver coordenação entre eles.

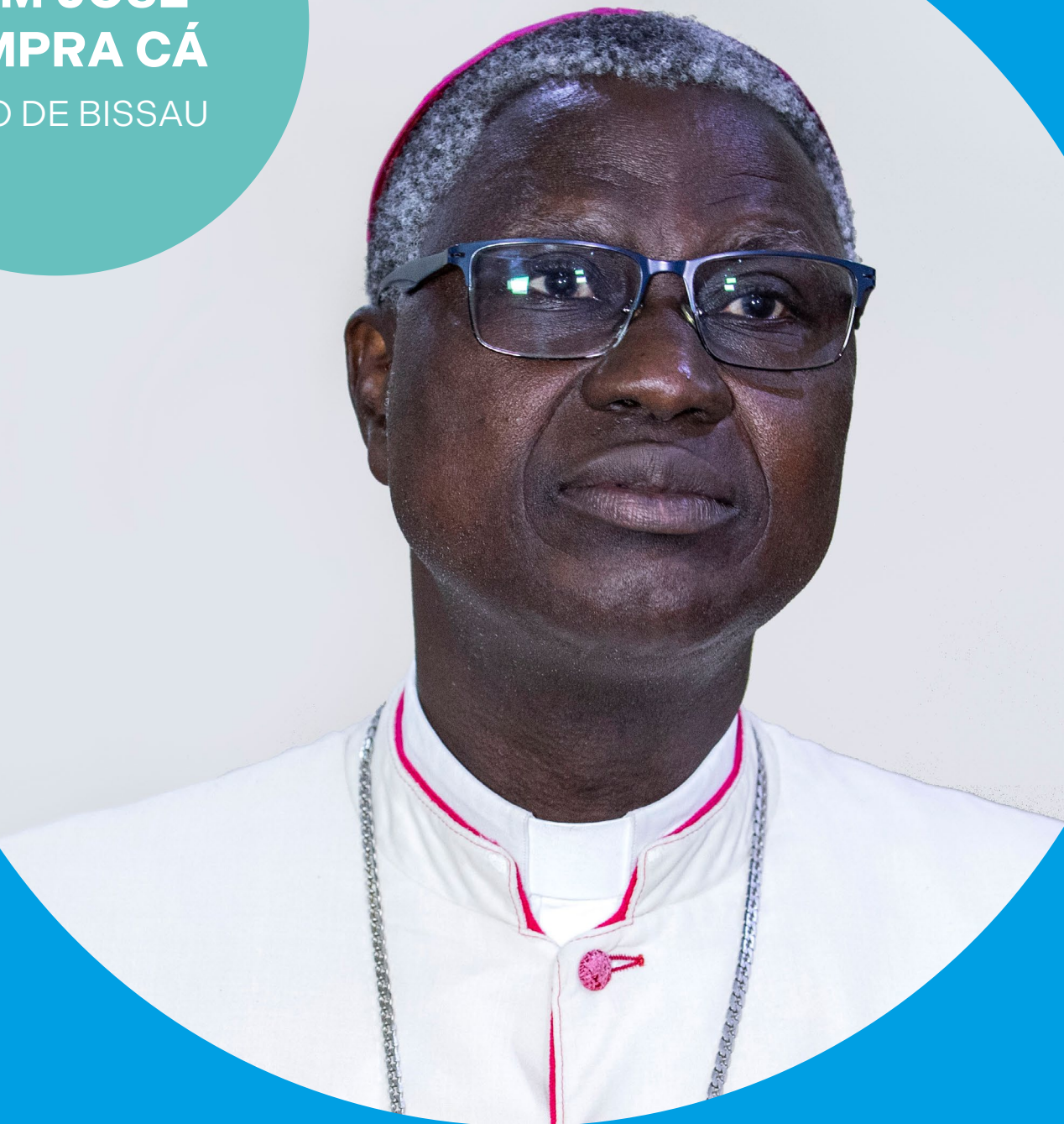
É preciso, realmente, que os guineenses pensem, porque, **se não pensarmos nos aspetos capazes de promover a paz, tudo o que fazemos não terá resultado.** É triste quando se entra em conflito por causa da fé em Deus, não é o que Deus quer.

É preciso que a população saiba respeitar as religiões, e isso só acontece quando cumprimos os mandamentos de Deus. **O caminho de Deus é difícil, é preciso grande esforço, amar o teu próximo, perdoar os erros. Na Guiné-Bissau, devemos usar a nossa fé para atingir a paz, mesmo na pobreza.** ”

2.

**DOM JOSÉ
LAMPRA CÁ**

BISPO DE BISSAU



“ É para dizer que uma pessoa, sozinha, não é capaz de fazer nada. Nós precisamos de complementaridade. O diálogo é importante, na medida em que uma pessoa dificilmente consegue ficar um dia sem comunicar com o semelhante.

Deus criou o universo e, sendo fonte de amor e sendo que a religião tem a ver com Ele, quer que todo o mundo O tenha como referência máxima, para que os religiosos vivam com base no amor.

Aqueles que pertencem a uma religião são chamados para viver segundo as doutrinas da sua religião, mas, ao mesmo tempo, devem lembrar que existem outros que pertencem a outra religião diferente, o que não significa estar contra a sua. É apenas uma questão da opção, daí a necessidade de haver o diálogo.

A guerra começa quando alguém pensa impor a sua religião aos outros. Mas quando abrimos o diálogo, conhecendo os pilares de religiões, as dificuldades que poderiam causar o desentendimento acabam por desaparecer. **É importante estudar a religião de outrem.**

Enquanto existir o mundo, que é tão grande, haverá sempre diferentes religiões, o importante é cumprir corretamente as práticas da sua religião e respeitar as outras. **Esta é a atitude de um verdadeiro religioso, ser um homem não violento, porque desprezar os outros é estar a provocar a violência.**

A partir do momento em que o homem religioso se reconcilia com os outros, passa a ter as predisposições morais e espirituais para trabalhar na área da relação social. Portanto, neste processo de consolidação da paz, cada um tem a sua parte, e a paz significa dar a Deus aquilo que é de Deus e dar a César aquilo que é de César, isto é, respeitar a dignidade da pessoa e tratarem-se como irmãos.

O homem de verdade é aquele que, antes de dizer algo ou praticar qualquer ação, pensa várias vezes nas consequências que poderá trazer.

O nível de diálogo que existe entre as religiões na Guiné-Bissau não é suficiente, mas os ataques às religiões não são acentuados como se verifica noutros países. **Graças a Deus criámos uma associação de líderes religiosos composta pelos muçulmanos, evangélicos, católicos, e quando havia necessidade, em relação ao governo, reuníamos sem olhar pela diferença, embora hoje não esteja ativa.** A ideia, de fundo, é transformar a Guiné-Bissau num país de paz e harmonia, embora não haja perfeição nisso.

Então, é para dizer que estamos num bom caminho, mas vale a pena continuar tendo sempre como alicerce o amor e respeito ao próximo. Os bens materiais não são capazes de nos dar a felicidade. ”

“A paz significa dar a Deus aquilo que é de Deus e dar a César aquilo que é de César, isto é, respeitar a dignidade da pessoa e tratarem-se como irmãos.”

3.

**CHEIKH ALADJE
SULEIMANE BALDÉ**

PRESIDENTE
DA UNIÃO NACIONAL
DOS IMAMES DA
GUINÉ-BISSAU



“ Deus fez nascer diferentes tribos no mundo. Mas o mais importante para Deus é ver que os homens têm consciência constante da Sua presença. Temer (*taqwā*) a Deus significa não fazer aos outros o que não quer que lhe seja feito a si. Deus ama a todos, por isso, se quiser violar o direito dos outros irá ter problemas, porque Deus não gosta disso.

Desde a era do profeta Maomé, as pessoas são condenadas a viver juntas, independentemente da religião. **O Corão ensina a fazer o bem, sem ferir a sensibilidade de nenhuma religião.** Sobre o radicalismo, **o Corão ensina-nos a proferir palavras de paz: para não trazer as palavras que vão complicar a convivência, sem diferenciar a nacionalidade, raça e tribo.** Daí a importância da sabedoria para uma sociedade.

Nós devemos agradecer a Deus pelo mosaico étnico que temos na Guiné-Bissau, que não existe em outras partes do mundo. A guerra de 7 de junho foi um exemplo, onde os Papeis se podiam refugiar em Gabu, os Fulas se podiam abrigar em Biombo. Para além disso, os casamentos, até hoje, são celebrados entre pessoas de etnias e religiões diferentes.

Na Guiné-Bissau, as pessoas podem ser agressivas, mas não são malvadas. Podemos pegar ainda noutro exemplo: quando chegar a reza dos muçulmanos, todos convivem sem diferença e quando chegar a festa do Natal, acontece a mesma coisa. Este é o valor que nos foi oferecido por Deus.

O meu conselho assenta no respeito ao próximo, independentemente de quem seja.

Antigamente, não havia muitos conhecimentos científicos e religiosos, mas havia respeito aos mais velhos, o que é difícil de ver hoje. Devemos resgatar este valor, não devemos deixá-lo perder.

Devemos ter pena de nós mesmos e unir esforços, contribuindo, cada um, para alcançar a paz e sossego, para assim atingir o desenvolvimento. ”

4.

**CHEIKH ALADJE
INFALI COTÉ**

VICE-PRESIDENTE DO
CONSELHO NACIONAL
ISLÂMICO



“ Na verdade, o diálogo inter-religioso é muito importante, tem o seu impacto, é um suporte que contribui grandemente para a boa convivência entre os guineenses. Antigamente, havia uma convivência que reinava no seio dos guineenses a todo nível, entre as religiões mais dominantes, até animistas. É o ensinamento que Deus nos deixou, através do Corão, de promover sempre o diálogo pacífico, pois é o que semeia a paz.

Na Guiné-Bissau, no passado, era difícil distinguir os muçulmanos dos cristãos. **Era um tempo em que os filhos muçulmanos cresciam nas casas dos cristãos, animistas e vice-versa, convivendo juntos sem problemas.** Isso reinou até aos últimos tempos, até a política entrar com algumas situações anormais. Mas temos a fé de que o diálogo vai continuar, porque o nosso Profeta mostrou-nos que, no mundo, vamos encontrar os que não aceitam a nossa religião, mas isso não deve impedir a boa convivência com eles. Ele foi exemplo disso. Quando Ele chegou a Jerusalém, não impediu os judeus de terem os seus tribunais e todas as suas atividades religiosas.

Hoje, nós herdamos esse sistema e estamos a fazer um grande esforço junto com os irmãos das igrejas Evangélicas e Católica. **Criámos um fórum que existiu antes da guerra de 7 de junho, e que continuou até hoje.** Qualquer ato de anormal é resolvido nesse fórum.

Os últimos acontecimentos registados na Guiné-Bissau vieram de outra parte do mundo, não são da nossa natureza. E, mesmo assim, não se registam grandes ofensas entre religiões na Guiné-Bissau. Alguns atos de ataque que se registam nas comunidades são sempre isolados, não são organizados, e às vezes, são praticados por pessoas que não são religiosas. Por isso, esses atos isolados não podem comprometer a boa convivência inter-religiosa na Guiné-Bissau. Nós entendemos que, para consolidar a paz na sociedade guineense, deve partir do coração de cada um de nós. ”

“ Na Guiné-Bissau, no passado, era difícil distinguir os muçulmanos dos cristãos.”

5.

**PASTOR
MATEUS MALU**

PRESIDENTE DO
CONSELHO REGIONAL
DA IGREJA EVANGÉLICA
DE OIO*



*EM REPRESENTAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS EVANGÉLICAS DA GUINÉ-BISSAU

“ Na verdade, nenhum objetivo pode ser alcançado entre as religiões na Guiné-Bissau, sem que haja diálogo entre elas. Só com o diálogo é que as posições são concertadas. **E a religião tem um papel muito importante na sociedade guineense.**

Na verdade, a religião não sustenta a violência, pelo contrário, eleger a paz. Quero acreditar que não há nenhuma religião no mundo que apoia a violência, não existe, e se existir, esta não é de Deus. Nós acreditamos que Deus é de paz. Ele enviou-nos para orar e pedir a paz e segurança para a Guiné-Bissau. Os religiosos têm um papel importante.

Nós, todos juntos, a sociedade em geral, devemos perceber a diversidade que existe. Devemos perceber que há diferença, e podemos trazer o exemplo do corpo humano, que tem diferentes membros, mas cada um funciona para o bem-estar do corpo. Não importa o caminho, todos devem promover a paz.

Acho que não chegamos ainda ao radicalismo nem ao extremismo violento, por isso devemos prevenir, porque já existe em alguns países da sub-região. E, penso que, isto deve-se ao facto de os guineenses serem um povo pacífico, uma diferença larga com outros povos. O povo é alegre, consegue conviver mesmo pertencendo a cores partidárias diferentes e com diferentes confissões religiosas. Desde que nasci nunca ouvi que alguém morreu de fome na Guiné-Bissau, quero com isto dizer que **o guineense é um povo solidário, que consegue compartilhar até o pouco que tem para comer.** Por isso, enquanto religioso, aconselhamos à continuação de preservação dessa realidade. **Na verdade, existem pontos de contraste entre as religiões, mas também há pontos de convergência. Cada um é livre de escolher o caminho a seguir.**

“ **Não importa o caminho, todos devem promover a paz.** ”

Acho que o espaço de diálogo que existe entre as religiões na Guiné-Bissau não é suficiente ainda, porque, até hoje, existem aqueles que acham ser melhor. Por isso, sempre digo, um religioso não ataca a fé de outrem, apenas defende a sua fé, porque, segundo a nossa fé, não és tu quem convence a pessoa para a acreditar, é o Espírito Santo.

Por isso, penso que o diálogo deve ser privilegiado ainda mais, deve haver um fórum onde os religiosos possam debater e buscar o caminho certo para a promoção da paz, porque nenhum país consegue desenvolver sem eleger a paz como prioridade. ”

“ O diálogo deve ser privilegiado ainda mais, deve haver um fórum onde os religiosos possam debater e buscar o caminho certo para a promoção da paz. ”

6.

ISMAEL PEDRO

DA SILVA

REPRESENTANTE
DA RELIGIÃO
TRADICIONAL



“ Nós sofremos um ataque contra uma baloba da etnia Papel, ficámos muito mal. Eu sou uma das vítimas, mas sempre me pautei pela paz. Os meus colegas queriam contra-atacar, eu disse não, mostrei-lhes que a melhor via seria dar conhecimento às autoridades e deixá-las fazer a investigação, porque o mundo de hoje não exige a violência, exige a paz. Na sequência desse ataque, fomos chamados pela Liga Guineense dos Direitos Humanos para um encontro, e ficámos, por isso, satisfeitos.

Penso que **a Liga está a providenciar um fórum com o objetivo de juntar o poder tradicional e as religiões para servir de espaço de discussão dos problemas sociais.** Este fórum tem muita importância, uma vez que vai juntar várias confissões religiosas, e nós estamos dispostos para dialogar com qualquer religião, desde que vise chegar a um entendimento.

O problema de radicalismo que se verifica em outros países não existe na Guiné-Bissau. Apesar de alguns indícios para a sua implantação, não há como ter lugar aqui, porque o guineense é um povo pacífico. O guineense pode ameaçar “pagar o mal com o mal”, mas não o faz, por não ser um povo violento. **A Guiné-Bissau é um país onde os muçulmanos e cristãos trocam comida e bebida na festa da reza e da Páscoa ou Natal, sem nenhuma diferença.** Então, para manter este clima, **há que haver um espaço de diálogo para evitar os problemas.** ”

“O mundo de hoje não exige a violência, exige a paz.”

7.

SAICO EMBALÓ
RÉGULO CENTRAL
DE GABÚ



“ Por acaso tem muita importância, tem os seus valores, porque a religião visa adorar um único Deus, não há nenhuma diferença. Quem tenta estabelecer diferença entre religiões não é religioso. O que traz a diferença são os profetas. **É preciso que haja diálogo entre religiões**, para nos mentalizarmos.

O que traz problemas na Guiné-Bissau é o ódio e a mentira, é preciso acabar com isso. Devemos saber perdoar. Se isso acontecer, mesmo sem cultivar a terra, saberemos viver em paz.

Para que não haja radicalismo na Guiné-Bissau é preciso sensibilização, cada um deve levar o seu espírito de amor para o seu próximo. Não basta ir à cidade de Meca para a peregrinação, é preciso fazer o bem e expandir os conhecimentos adquiridos para beneficiar os teus próximos. ”

“ O que traz problemas na Guiné-Bissau é o ódio e a mentira. É preciso acabar com isso. Devemos saber perdoar. ”

8.

**SILVINA
TAVARES**

PRESIDENTE
DA PLATAFORMA
POLÍTICA DAS
MULHERES



“ Este é um problema que deve merecer a atenção e cuidado de toda a sociedade. Extremismo Violento é um problema que veio para destruir a sociedade. **Há indivíduos que se acham senhores da verdade, não abrem para o diálogo. Estes são chamados de extremistas.** Em relação à religião, são pessoas que querem contrariar todas as leis e regras criadas pela sociedade. Isto é complicado. Daí a necessidade de haver diálogo, sobretudo intercultural. **Respeitar o próximo e saber viver na diversidade. Só assim podemos, de facto, contribuir para que haja paz, segurança e desenvolvimento.** Se não começarmos a pensar no diálogo no nosso dia a dia, será ainda mais complicado. Como diz o adágio “é bom prevenir antes de remediar”.

Muitos dizem que não há ainda extremismo violento na Guiné-Bissau, sobretudo religioso. Mas não devemos pegar de ânimo leve o que aconteceu recentemente, com o incêndio da Baloba e depois da igreja evangélica. Vendo já situações do género, em termos rituais, culturais e religiosos, **é bom começarmos a prevenir desde já, através da promoção do diálogo, porque o extremismo não tem um “rosto”, nem religião, nem grupo étnico.** Então, o melhor a fazer é promover sessões do diálogo em diferentes zonas e instituições, para começar a refletir sobre o fenómeno, porque isto se iniciou noutras partes do mundo,

mas ninguém nos garante que não chegue ao nosso país amanhã e comece a criar problemas. Isto tudo tem a ver com os direitos humanos. **Quando não há paz, não há segurança e desenvolvimento, é estar a mexer com os direitos humanos.**

Na Guiné-Bissau, temos a religião muçulmana, católica, evangélica e várias seitas, todas são admitidas, porque o Estado é laico. **Não é possível uma religião impor-se sobre as outras.** Eu reconheço que existe esforço por parte das religiões. As três religiões que conhecemos criaram um espaço de união e de diálogo, tanto é assim que os programas com conteúdos muçulmanos passam na Rádio Sol Mansi. Também nos eventos organizados por uma religião têm sempre a representação de outras religiões.

É bom reforçar sempre essa questão de prevenção, porque podemos não ter o extremismo violento na Guiné-Bissau ainda, mas já há indícios. ”

9.

**AISSATO
CAMARA INDJAI**

PRESIDENTE DA REDE
NACIONAL DE LUTA CONTRA
VIOLÊNCIA BASEADA NO
GÊNERO E NA CRIANÇA
(RENLUV - GC)



“ Qualquer que seja o tipo de diálogo, é sempre importante, porque é com ele que se consegue passar informações, fazer esclarecimentos e dissipar dúvidas. **Sabemos que os religiosos são líderes de opiniões nas suas comunidades. Então, quando se sensibiliza qualquer religioso, significa sensibilizar a comunidade na qual pertence**, pois, sendo líder de opinião, consegue passar a mensagem aos seus seguidores, **daí a grande vantagem do diálogo interreligioso.**

Sabemos que **o extremismo violento desintegra os laços que nos unem enquanto seres humanos**, tem várias consequências na vida. Tem consequências de revolta, faz com que **as pessoas assumam fazer a justiça com as próprias mãos**, porque, muitas vezes, não se contentam com determinadas situações, sobretudo, a morosidade da justiça que se vê no país. Mas, sabemos que, **em qualquer que seja o lugar, isso não é admissível**, pois existem entidades com mandato para fazer a justiça, neste caso, as instituições da justiça. Por mais que se sinta ofendido ou violado os seus direitos, não se deve assumir a justiça com as próprias mãos.

Então, **o diálogo inter-religioso permite aclarar essas situações**, acima de tudo, esclarecer o que são os direitos humanos, aquele direito que assiste a todos em qualquer localidade.

O diálogo inter-religioso é o caminho para a paz, para a democracia, para o respeito aos direitos humanos, para a estabilidade social em qualquer que seja a localidade. Quando não se dialoga, cada um fala e entende da sua maneira. Só o diálogo resolve isso e permite a cada um contribuir para o processo do desenvolvimento sustentável de qualquer que seja país.

Muitas vezes confundimos a paz com o calar de armas. O calar de armas é um simples requisito para a paz, porque a paz significa várias outras coisas. Quando não há escola que funciona num tempo recorde, que observa os períodos de início e de fim, não se pode falar de paz. Quando os doentes não conseguem ir ao hospital por falta de dinheiro, porque não vai ter 1000 francos para pagar a consulta, não vai conseguir pagar o exame, não tem dinheiro para comprar medicamentos, muitos acabam por desistir do hospital. Quando se está perante essas situações, não se pode falar da paz. **Quando se está num país onde as pessoas não se entendem, os próprios partidos políticos não falam a mesma língua, não se pode falar da paz.**

Então, o diálogo é a peça fundamental para a promoção da paz, para a reconciliação, para a estabilidade, para o processo de desenvolvimento sustentável de qualquer país. ”

10.

ABULAI DJAURA

PRESIDENTE DA REDE
NACIONAL DAS
ASSOCIAÇÕES
JUVENIS (RENAJ)



“ Como podemos compreender, **estamos num país multirreligioso**. Temos muitas religiões e sabemos qual é o peso espiritual de religião dentro de uma sociedade, sobretudo no ser humano.

Quando a pessoa acredita numa determinada religião, passa a acreditar que aquela religião é tudo, de modo que, se não for equilibrado, com um pensamento mais relativista, acaba por ter a impressão de que aquele que não pertence à sua religião é a pessoa destinada ao desperdício. Então, uma sociedade com muitas religiões está sempre ameaçada por pensamentos deste tipo.

Agora, para equilibrar tudo isso e garantir a paz social e uma boa convivência, é necessário existir o diálogo inter-religioso. O diálogo constante acaba por eliminar o tabu que divide as religiões. Alguém atento aos princípios religiosos compreende que a única diferença entre estas religiões reside apenas na forma de adoração, mas os princípios são mesmos, os valores também são. Portanto, **o encontro é sempre o ponto comum – Deus**. E devemos compreender que Deus gosta de todos nós enquanto seres humanos e traçou-nos vários caminhos que, no fim, levam a Ele.

Sendo assim, **o diálogo é importante para eliminar barreiras** e, em consequência, contribuir para a coesão entre religiões, contribuindo para uma sociedade pacífica e uma convivência sã, independentemente da diferença.

Eu acho que **o nível de diálogo inter-religioso continua muito baixo de ponto de vista do indicador**. Embora não haja conflito gritante entre religiões, há ideias que não defendem o casamento entre pessoas de religiões diferentes. Há muitas pessoas com boa relação, mas por serem de religiões diferentes, acabam por se distanciar. Estes são conflitos que, embora não estejam a criar grandes alarmes, estão a constituir barreiras. Se eliminarmos essas barreiras, aí sim, podemos considerar que o diálogo resultou em algo.

Nós queremos uma aproximação, cada vez maior das religiões, para que a única diferença continue a ser o ritual.

A Guiné-Bissau não atingiu ainda o nível de radicalismo religioso como se vê noutras partes do mundo. Mas o radicalismo começa através dessas pequenas ações e sentimentos. Acho que na Guiné-Bissau temos ainda oportunidade e tempo para trabalhar na prevenção. Os países vizinhos deparam-se com este fenómeno, ninguém nos garante que, no mundo da integração e de troca de comércio, não venha a chegar à Guiné-Bissau.

Eu acho que o espaço de diálogo inter-religioso ainda não existe na Guiné-Bissau, porque, muitas vezes, a solidariedade que se vê resulta de questões pontuais, não algo definido. Por exemplo, depois do ataque à baloba⁴⁵ todas as outras religiões condenaram, são questões pontuais. Até aqui, acho que não existe o diálogo, por isso houve este ataque. ”

**“ O diálogo
constante
acaba por
eliminar
o tabu que
divide as
religiões. ”**

11.

**FERNANDO
MANDINGA
DA FONSECA**
COORDENADOR
DE PESQUISA DA
VOZ DI PAZ



“ Para abordar a questão do diálogo inter-religioso no processo da consolidação da paz e da prevenção do radicalismo e extremismo violento (PREV) na Guiné-Bissau, é **fundamental mobilizar os elementos da cultura** como fator indispensável **para a construção da paz duradoura e da coesão social**.

A Guiné-Bissau, um país marcado por uma rica diversidade étnica e religiosa, enfrenta desafios significativos na construção da paz e na prevenção do extremismo violento. Nesse contexto, **o diálogo inter-religioso surge como um mecanismo essencial para promover a harmonia social**, e a cultura desempenha um papel-chave nesse processo. Por meio das suas tradições, expressões artísticas e valores compartilhados, **a cultura pode servir como ponte entre diferentes grupos religiosos**, fortalecendo a coesão nacional e evitando a radicalização.

Em primeiro lugar, a cultura guineense, com o seu histórico de convivência entre muçulmanos, cristãos e adeptos das religiões tradicionais, oferece um terreno fértil para o diálogo inter-religioso. Festivais como o Carnaval e as cerimónias tradicionais, que frequentemente reúnem pessoas de diferentes credos, demonstram que **a identidade nacional transcende as divisões religiosas**.

Quando essas manifestações culturais são valorizadas e promovidas, reforçam a ideia de que a diversidade é uma força, e não uma fragilidade. Além disso, a **música e a oralidade**, elementos centrais da cultura guineense, podem ser usadas para disseminar mensagens de tolerância e união, combatendo narrativas extremistas que exploram as diferenças religiosas.

Outro aspecto relevante é o **potencial da educação cultural e religiosa para desconstruir estereótipos e prevenir o radicalismo**. Num país onde o acesso à educação formal é limitado, as lideranças comunitárias e religiosas têm um papel crucial na transmissão de valores de paz.

Iniciativas como os debates inter-religiosos em escolas; programas de rádio que abordam a história das religiões na Guiné-Bissau; e projetos artísticos que celebram a coexistência, podem ajudar a reduzir a desinformação e o sectarismo. Quando os jovens têm acesso a narrativas que valorizam o respeito mútuo, tornam-se menos vulneráveis aos discursos de ódio.

Por fim, a Guiné-Bissau pode-se inspirar no seu próprio passado de resistência e união para fortalecer a resiliência contra o extremismo. Durante a luta pela Independência, diferentes grupos étnicos e religiosos uniram-se em torno de um objetivo comum, mostrando que a cooperação é possível. Revitalizar essa memória histórica por meio de museus, documentários e eventos culturais pode reacender o sentimento de pertença coletiva, dificultando a penetração de ideologias violentas.

Em síntese, a cultura é uma aliada poderosa no fomento do diálogo inter-religioso e na prevenção do extremismo na Guiné-Bissau. Ao investir em **políticas que integrem a tradição, a arte e a educação, o país pode fortalecer a sua coesão social e construir um futuro mais pacífico.** ”

“O diálogo inter-religioso surge como um mecanismo essencial para promover a harmonia social, e a cultura desempenha um papel-chave nesse processo. Por meio das suas tradições, expressões artísticas e valores compartilhados, a cultura pode servir como ponte entre diferentes grupos religiosos, fortalecendo a coesão nacional e evitando a radicalização.”

12.

**DENISE DOS
SANTOS INDEQUE**

COORDENADORA
NACIONAL DA WANEP
GUINÉ-BISSAU



“ O diálogo inter-religioso é uma ferramenta essencial para a construção de um mundo mais justo, pacífico e inclusivo, porque ajuda a romper as barreiras e os estereótipos negativos, e permite ainda uma maior abertura de espírito dos indivíduos à compreensão das crenças, dos valores e das práticas de outras religiões. Promove o respeito mútuo, ajuda a desconstruir as ideologias extremistas que se baseiam na intolerância religiosa e no ódio e consequentemente na prevenção do radicalismo e do extremismo violento (PREV).

O aumento de eventos terroristas e o extremismo violento têm sido a fonte de ameaças significativas à paz e à segurança na África Ocidental. E lidar com estas ameaças exige medidas eficazes.

O diálogo inter-religioso iniciado no âmbito do projeto Observatório da Paz - *Nô Cudji Paz*, é uma evidência clara de uma estratégia assertiva para a prevenção do radicalismo e do extremismo violento na Guiné-Bissau. ”

“ O diálogo inter-religioso é uma ferramenta essencial para a construção de um mundo mais justo, pacífico e inclusivo (...).

Promove o respeito mútuo, ajuda a desconstruir as ideologias extremistas que se baseiam na intolerância religiosa e no ódio (...). ”

13.

MUSSA SANI

CENTRO DE TEATRO
DO OPRIMIDO
DA GUINÉ-BISSAU
(GTO-BISSAU)
- FÓRUM DE PAZ



“ Para o CTO-Bissau/Fórum de Paz, o diálogo inter-religioso é um pilar essencial na consolidação da paz e na prevenção do radicalismo e do extremismo violento.

Desde 2015, temos integrado de forma sistemática a temática da convivência inter-religiosa no nosso sistema de monitoria de contextos. Este acompanhamento é um tema fixo nas sessões regulares do Conselho de Paz, permitindo uma leitura contínua da realidade socio-religiosa e as suas dinâmicas no país.

Em 2023, revimos e atualizámos a nossa *mind-map* de observação temática. Este instrumento visual reforça a centralidade da convivência pacífica entre as religiões como eixo transversal na construção da paz duradoura.

No âmbito do Fórum da Paz, **criámos uma Comissão Transversal composta por Kumpuduris das diferentes regiões do país** – pessoas de referência nas suas comunidades, **cujas vidas são profundamente ligadas à fé. Esta comissão reflete a diversidade religiosa da Guiné-Bissau**, abrangendo todas as principais religiões presentes no país, inclusive as tradições religiosas africanas.

Em janeiro de 2022, organizámos o Espaço Aberto “Terra ku no djunta”, reunindo líderes e representantes das diversas confissões religiosas em colaboração com os Kumpuduris di Paz.

O encontro resultou numa documentação abrangente dos principais temas e propostas debatidas. Entre estas, destaca-se a sugestão da criação de uma instância nacional de mediação de conflitos inter-religiosos, capaz de assegurar um diálogo permanente e respostas rápidas a possíveis tensões.

Para nós, **o fortalecimento da educação para a cidadania é igualmente indispensável**. Num Estado laico, como consagrado na Constituição da República, todas as religiões devem poder atuar livremente, sem, contudo, interferirem ou se atacarem mutuamente. **A convivência pacífica exige respeito mútuo, limites éticos e instituições que garantam este equilíbrio.**

Neste contexto, chamamos atenção para a necessidade de inspeção e regulação dos canais de rádio confessionais, pois alguns têm vindo a promover discursos de intolerância e práticas de missionação ofensiva a outras crenças. **A defesa do Estado laico deve ser prioritária, com a criação de espaços permanentes de encontro, escuta e construção de confiança mútua – tarefa em que a sociedade civil tem um papel insubstituível.**

Assim, reafirmamos: o diálogo inter-religioso não é apenas importante – é imprescindível para garantir a coesão social, prevenir o extremismo e promover uma paz sustentável na Guiné-Bissau. ”

**É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente.
Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É assim a nossa luta.
É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade.**



CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÃO

O presente documento oferece **uma análise detalhada e aprofundada sobre o papel do diálogo inter-religioso na promoção da paz, coesão nacional e na prevenção do radicalismo e extremismo violento (PREV) na Guiné-Bissau. A partir da recolha de depoimentos de diversos atores sociais — líderes religiosos, representantes da sociedade civil, autoridades governamentais —**, esta publicação evidencia que, apesar das fragilidades socioeconómicas e políticas enfrentadas pelo país, **a Guiné-Bissau tem sido um exemplo regional de convivência pacífica entre as diferentes tradições religiosas.**

A instabilidade político-militar crónica, os desafios estruturais no acesso a serviços básicos, e a influência de dinâmicas regionais ligadas ao extremismo e ao crime organizado são destacados como fatores de risco para a paz e segurança nacional. Contudo, o país mantém uma tradição histórica de tolerância religiosa, o que constitui uma base sólida para a construção de resiliência comunitária contra a radicalização.

Além disso, **esta publicação traça um histórico do diálogo inter-religioso no mundo, desde o período medieval até aos dias atuais**, mostrando como este processo se foi institucionalizando através de iniciativas como o Parlamento Mundial das Religiões (1893), a UNESCO, a Religiões pela Paz, a carta “Common Word” e outras plataformas internacionais. Esta contextualização global reforça a relevância do tema como ferramenta estratégica para a manutenção da paz e da coesão social.

Do ponto de vista jurídico, **o presente documento destaca que a Constituição da Guiné-Bissau reconhece a laicidade do Estado, a liberdade religiosa**, a proibição de denominações partidárias religiosas e **a igualdade entre cidadãos independentemente da crença.** No entanto, identifica uma lacuna importante: **a ausência de uma lei específica de liberdade religiosa**, necessária para garantir uma maior clareza legal e a proteção aos direitos de liberdade religiosa no país.

É ainda sublinhado o papel do projeto Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz* na promoção de iniciativas de diálogo inter-religioso e na criação de espaços formais de concertação entre os líderes religiosos.

Por fim, o documento conclui que **o diálogo inter-religioso não apenas fortalece os laços sociais e previne conflitos, mas também contribui para a construção de uma identidade nacional inclusiva, capaz de resistir às tentações divisivas do sectarismo e do radicalismo.**

Num mundo marcado pela globalização, migrações e diversidade cultural, a Guiné-Bissau surge como um exemplo valioso de como o diálogo e o respeito mútuo podem ser instrumentos eficazes para a consolidação da paz e o desenvolvimento sustentável.

- O **I Encontro Nacional de Reflexão dos Líderes Religiosos** (2022), que resultou na assinatura da **Agenda Comum para a Paz**, por 50 líderes religiosos representando comunidades muçulmanas, católicas, evangélicas e tradicionais;

- **As declarações conjuntas emitidas em 2023 e 2024**, reforçando o compromisso dos líderes religiosos com a não-violência, a tolerância e a **condenação de discursos de ódio nas campanhas eleitorais à época**;

- O evento promovido na comemoração do **Dia Internacional da Paz (21 de setembro de 2024)**, presidido pelo Primeiro-Ministro, reafirmando a importância do diálogo inter-religioso no combate ao REV e na promoção da coesão social e a paz.

RECOMENDAÇÕES FINAIS

- 1. Reativar o Fórum Inter-Religioso Nacional**, criando mecanismos permanentes de diálogo e mediação de conflitos entre as principais confissões religiosas no país.
- 2. Elaborar e discutir de forma abrangente uma lei específica de liberdade religiosa**, alinhada com os padrões internacionais, desde logo, a partir do bom exemplo que é a lei Portuguesa de Liberdade Religiosa.
- 3. Manter o apoio a iniciativas que promovam o diálogo inter-religioso e a formação de agentes pela paz**, nomeadamente, **abrangendo jovens rapazes e raparigas**, bem como as **organizações da sociedade civil**, experiência esta que várias ONG no país têm demonstrando ter capacidade para o fazer com grande qualidade e impacto, porém dando igualmente ênfase à prevenção da radicalismo e extremismo violento.
- 4. Incentivar a cooperação inter-regional com os países da CEDEAO e da região do Sahel para o combate ao radicalismo e extremismo violento**, bem como na **promoção do diálogo intercultural e inter-religioso pela paz e convivência** pacífica.
- 5. Apoiar a implementação da Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento na Guiné-Bissau (PREV-GB)**, a qual está a ser desenhada pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Guiné-Bissau no quadro de uma parceria com o Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz*.
- 6. Incentivar a continuidade do diálogo multiatores**, com uma palavra especial para os líderes religiosos e tradicionais, no apelo aos atores políticos para refrearem o discurso de ódio que explore diferenças étnicas e religiosas.

Recomendamos, por conseguinte, a leitura desta publicação, com especial atenção aos testemunhos aqui registados, como um importante marco de reflexão e orientação para o futuro das políticas de paz e coesão social na Guiné-Bissau, destacando o potencial transformador do diálogo inter-religioso como vetor de estabilidade e progresso.

BIBLIOGRAFIA

PREFÁCIO

1. Guiné-Bissau. (2024). Estratégia Nacional para a Cidadania e o seu Plano de Ação. Nanomon. <https://nanomon.org/sites/default/files/2024-04/Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20para%20a%20Cidadania%20e%20o%20seu%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o.pdf>

SUMÁRIO EXECUTIVO

2. Radio Sol Mansi. (n.d.). *Cíclicas crises criam ambiente propício para as actividades dos criminosos na Guiné-Bissau*, alerta Francisco Sanhá. <https://www.radiosolmansi.net/index.php/News-Guine-Bissau/ciclicas-cries-criam-ambiente-propicio-para-as-actividades-dos-criminosos-na-guine-bissau-alerta-francisco-sanha.html>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

3. Observatório da Paz – Nô Cudji Paz. (n.d.). *Observatório da Paz*. <https://observatoriodapaz.org/>; Consultado a 1 de outubro de 2025.

4. Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF). (n.d.). IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr. <https://www.imvf.org/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

5. Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). (n.d.). LGDH. <http://www.lgdh.org/> Consultado a 1 de outubro de 2025.

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

6. FRANKOPAN, Peter. *As Rotas da Seda: Uma nova história do mundo*. Lisboa: Editora Minotauro. 2016. 656 p. ISBN 978-972-25-3029-4

7. Mary Baker Eddy Library. *A Ciência Cristã no Parlamento Mundial das Religiões*. <https://www.marybakereddylibrary.org/pt-br/research/a-ciencia-crista-no-parlamento-mundial-das-religioes/>. Consultado a 1 de outubro de 2025

8. Comissão Nacional da UNESCO Portugal. (n.d.). Sobre a UNESCO. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

9. United Nations General Assembly. (2007). *Promotion of interreligious and intercultural dialogue, understanding and cooperation for peace* (A/RES/61/221). <https://digitallibrary.un.org/record/589511?ln=en&v=pdf>

10. United World Project. (n.d.). *Religions for Peace*. <https://www.unitedworldproject.org/en/network/religions-for-peace/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

11. A Common Word. (n.d.). *A Common Word: Between Christians and Muslims*. <https://www.acommonword.com/>. Consultado a 1 de outubro de 2025
12. A Common Word. (n.d.). *The ACW letter*. <https://www.acommonword.com/the-acw-document/>. Consultado a 1 de outubro de 2025
13. Benedicto XVI. (2006, 12 de setembro). Discurso na Universidade de Regensburg. Santa Sé https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg.html. Consultado a 1 de outubro de 2025.
14. RTP. (n.d.). *Liberdade religiosa no centro do primeiro fórum Vaticano-Islão*. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/liberdade-religiosa-no-centro-do-primeiro-forum-vaticano-islao_n150372. Consultado a 1 de outubro de 2025.
15. Cerić, M. (2008). *Nota de entrega do prémio Eugen Biser*. Deutsche Welle. <https://www.dw.com/downloads/26493438/govor-mustafe-ceri%C4%87a.pdf>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
16. Agência Ecclesia. (n.d.). *Santa Sé em Madrid para conferência sobre o diálogo inter-religioso*. <https://agencia.ecclesia.pt/portal/santa-se-em-madrid-para-conferencia-sobre-o-dialogo-inter-religioso/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
17. Muslim World League. (n.d.). *The Muslim World League*. <https://themwl.org/en>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
18. United Nations. (2008). *Intervenção de Sua Majestade o Rei Abdullah Ibn Abdul Aziz Al-Saud na Conferência de Madrid (A/63/499)*. <https://docs.un.org/en/A/63/499>
19. Conselho Mundial de Igrejas. (n.d.). *World Council of Churches*. <https://www.oikoumene.org/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

INICIATIVAS EMERGENTES DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA GUINÉ-BISSAU

20. Radio Sol Mansi. (n.d.). [Fotografia do Encontro da Paz: Diálogo e Fraternidade, Bissau, 7 de junho de 1994] [Publicação no Facebook]. <https://www.facebook.com/radiosolmansi.net/photos/encontro-da-paz-di%C3%A1logo-e-fraternidade-bissau-07-de-junho-de--1994dom-settimio-ar/1031754985630513/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
21. Conosaba. (2017, 24 de abril). *Líderes religiosos oram pela paz no país*. <https://conosaba.blogspot.com/2017/04/lideres-religiosos-oram-pela-paz-no-pais.html>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
22. Diocese de Bafatá. (2021, 1 de janeiro). *1ª Bafatá: Oração ecuménica e inter-religiosa pela paz*. <https://diocesebafata-gb.blogspot.com/2021/01/1-bafata-oracao-ecumenica-e-inter.html>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
23. Rispito. (2019, 12 de dezembro). *Oração ecuménica e inter-religiosa pela paz*. <http://www.rispito.com/2019/12/oracao-ecumenica-e-inter-religiosa-pela.html>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

24. Fórum dos Bispos dos Países de Expressão Portuguesa (FECOGD). (2020, 23 de janeiro). *Comunicado final do encontro dos bispos dos países lusófonos*. <https://www.fecong.org/2020/01/23/comunicado-final-do-encontro-dos-bispos-dos-paises-lusofonos/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
25. Fórum dos Bispos dos Países de Expressão Portuguesa (FECOGD). (2020, 23 de janeiro). *Comunicado final do encontro dos bispos dos países lusófonos*. <https://www.fecong.org/2020/01/23/comunicado-final-do-encontro-dos-bispos-dos-paises-lusofonos/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
26. Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF). (2024, 22 de abril). *Líderes religiosos unem-se em apelo por paz e tolerância na Guiné-Bissau*. <https://www.imvf.org/2024/04/22/lideres-religiosos-unem-se-em-apelo-por-paz-e-tolerancia-na-guine-bissau>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
- Agência Ecclesia. (2024, 22 de abril). *Guiné-Bissau: Líderes religiosos apresentaram uma declaração de apelo à paz e tolerância*. <https://agencia.ecclesia.pt/portal/guine-bissau-lideres-religiosos-apresentaram-uma-declaracao-de-apelo-a-paz-e-tolerancia/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
27. Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF). (2024, 23 de setembro). *Observatório da Paz dedica Dia Internacional da Paz ao diálogo inter-religioso*. <https://www.imvf.org/2024/09/23/observatorio-da-paz-dedica-dia-internacional-da-paz-ao-dialogo-inter-religioso/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.
28. Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF). (2024, 23 de setembro). *Observatório da Paz dedica Dia Internacional da Paz ao diálogo inter-religioso*. <https://www.imvf.org/2024/09/23/observatorio-da-paz-dedica-dia-internacional-da-paz-ao-dialogo-inter-religioso/>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

QUADRO LEGAL DA LIBERDADE RELIGIOSA NA GUINÉ-BISSAU

29. Gouveia, J. B. (2024). *Direito da religião* (p. 35). Almedina. (Citando Morales de Castro, J. (2004). *Religiões do mundo – cultos e crenças* (p. 21). Lisboa.)
30. Hume, D. (2005). *História natural da religião* (J. Conte, Trad.). Editora UNESP. (Trabalho original publicado em 1757)
31. Machado, J. E. M. (2021). *Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva: Dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos* (2.^a ed., p. 56). GESTLEGAL.
32. Locke, J. (2019). *Carta sobre a tolerância* (A. Sobral, Trad., p. 19). Vozes de Bolso. (Trabalho original publicado em 1689)
33. Locke, J. (2019). *Carta sobre a tolerância* (A. Sobral, Trad., p. 31). Vozes de Bolso. (Trabalho original publicado em 1689)
34. Locke, J. (2019). *Carta sobre a tolerância* (A. Sobral, Trad., pp. 33–34). Vozes de Bolso. (Trabalho original publicado em 1689)

35. Locke, J. (2019). *Carta sobre a tolerância* (A. Sobral, Trad., p. 47). Vozes de Bolso. (Trabalho original publicado em 1689)

36. Tradução nossa.

37. Catroga, F. (2010). *Entre deuses e césores: Secularização, laicidade e religião civil: Uma perspectiva histórica* (2.ª ed., p. 153). Almedina.

38. Assembleia Nacional Constituinte da França. (1789). *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. <https://pt.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do--Homem-e-do-Cidadao>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

39. Tocqueville, A. de. (2019). *Da democracia na América* (P. Costa & H. Medeiros, Trad., p. 516). Vide Editorial.

40. Böckenförde, E.-W. (2020). The fundamental right of freedom of conscience. In E.-W. Böckenförde, *Religion, law, and democracy* (M. Künkler & T. Stein, Trad., p. 170). Oxford University Press.

41. Apesar destas normas constitucionais, a Guiné-Bissau ainda não dispõe de legislação específica sobre a liberdade religiosa, o que constitui uma lacuna no seu quadro jurídico nacional.

PORQUÊ FALAR DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO?

42. Dicastério para o Diálogo Inter-religioso. (n.d.). *What is interreligious dialogue?* <https://www.dicasteryinterreligious.va/what-is-interreligious-dialogue/> Consultado a 1 de outubro de 2025.

43. BBC News. (n.d.). *Guiné-Bissau: Tensões inter-religiosas e desafios à coexistência pacífica*. <https://www.bbc.com/news/articles/cp66xdxj0l3o> Consultado a 1 de outubro de 2025.

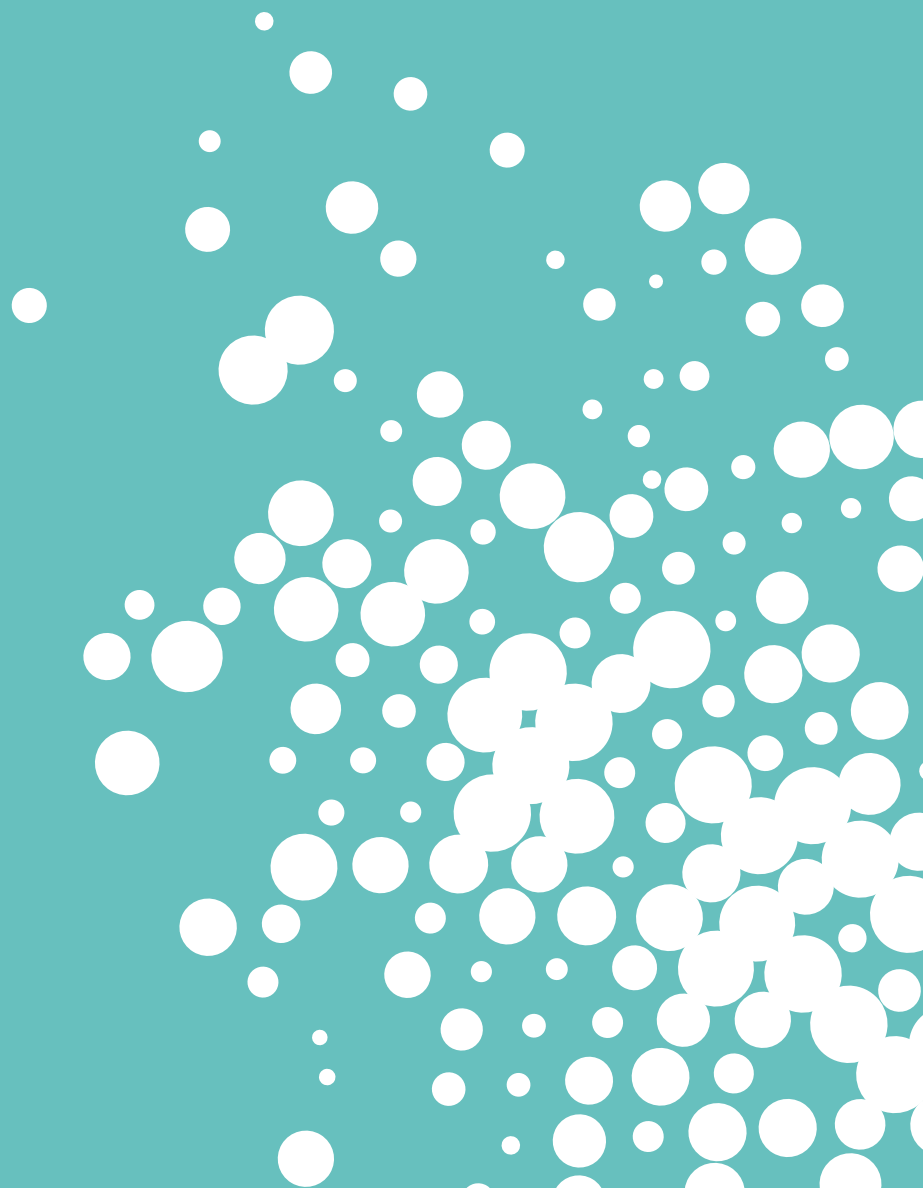
44. Público. (2022, 24 de junho). *Roe v. Wade: Supremo dos EUA reverte decisão que estabeleceu direito ao aborto*. <https://www.publico.pt/2022/06/24/mundo/noticia/roe-v-wade-supremo-eua-reverte-decisao-estabeleceu-direito-aborto-2011276> Consultado a 1 de outubro de 2025.

VOZES E PERSPETIVAS DOS GUINEENSES

45. Voz da América. (n.d.). *Ataques a igrejas e “balobas” preocupam organizações cívicas na Guiné-Bissau*. <https://www.voaportugues.com/a/ataques-a-igrejas-e-balobas-preocupam-organiza%C3%A7%C3%B5es-c%C3%ADvicas-na-guin%C3%A9-bissau/7513362.html>. Consultado a 1 de outubro de 2025.

COMPROMISSOS COMUNS

DECLARAÇÕES
DOS LÍDERES RELIGIOSOS
PARA A PAZ



I ENCONTRO NACIONAL DE REFLEXÃO DOS LÍDERES RELIGIOSOS PARA A PREVENÇÃO DE RADICALISMO E EXTREMISMO VIOLENTO NA GUINÉ-BISSAU

AGENDA COMUM DOS LÍDERES RELIGIOSOS PARA A PROMOÇÃO DA PAZ, PREVENÇÃO DO RADICALISMO E EXTREMISMO VIOLENTO NA GUINÉ-BISSAU

1 DE DEZEMBRO DE 2022

Nós representantes das comunidades religiosas guineenses, **islâmica, católica e evangélica**, reunidos nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 2022, em Bissau, no quadro do projeto *Nô Cudji Paz*, financiado pela União Europeia e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua:

- Conscientes do crescimento exponencial de movimentos de radicalização e extremismo violento no mundo, nomeadamente, na África Ocidental;
- Reconhecendo os riscos que estes fenómenos representam para a paz, estabilidade e desenvolvimento socioeconómico;
- Cientes do impacto assimétrico do radicalismo e do extremismo violento sobre as mulheres e as crianças;
- Conscientes que o fenómeno de radicalização e do extremismo violento afetam todas as comunidades, estratos sociais e confissões religiosas;
- Considerando as fragilidades do país, mormente os desafios socioeconómicos, o desemprego, o disfuncionamento da justiça, a pobreza extrema e o baixo nível de qualidade do sistema educativo;

- Cientes da tentativa de associar o radicalismo e o extremismo violento aos conceitos religiosos;
- Conscientes do papel das comunidades religiosas na consolidação da paz, através de diálogo intra e inter-religioso para a construção de parcerias estratégicas entre as diferentes confissões religiosas em prol da paz e coesão social.

Nós, líderes religiosos aqui presentes, proclamamos como acordo de compromisso, a presente **AGENDA COMUM PARA A PAZ** nos termos que se seguem:

1. A NÍVEL POLÍTICO-SOCIAL

- Advogar a adoção de políticas públicas para promoção da paz, prevenção do radicalismo e do extremismo violento na Guiné-Bissau, em colaboração com as autoridades nacionais, com o poder tradicional, com a sociedade civil e as comunidades locais no âmbito do Observatório da Paz - *Nô Cudji Paz*;
- Promover parcerias nacionais e internacionais para o intercâmbio e partilha de boas práticas no domínio da prevenção da radicalização e do extremismo violento;
- Assegurar o distanciamento ativo em relação aos partidos políticos e às agendas político-partidárias, respeitando a laicidade do Estado e a igualdade de todas as confissões religiosas;
- Trabalhar ativamente para a identificação e erradicação de práticas e narrativas que coloquem em causa a paz comum, particularmente, o discurso de ódio, a apologia à intolerância religiosa e a abordagem ligada à segregação étnico-tribal;
- Trabalhar com o poder tradicional, as autoridades públicas, a sociedade civil e as organizações de base comunitária na adoção de estratégias específicas e transversais para mitigar os riscos da radicalização e o extremismo violento nas comunidades mais vulneráveis.

2. A NÍVEL DA COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE

- Construir espaços de concertação intra e inter-religioso para harmonizar as intervenções no domínio da promoção da paz e da prevenção do radicalismo e do extremismo violento;
- Institucionalizar uma jornada anual de reflexão ecuménica inter-religiosa para promoção da paz e do diálogo;
- Desenvolver espaços e mecanismos conjuntos para monitorizar e mitigar os riscos do radicalismo e do extremismo violento;
- Criar uma plataforma de diálogo intra e inter-religioso, com a participação de todas e todos, incluindo mulheres, jovens, chefes tradicionais, meios de comunicação social e os líderes religiosos para a prevenção da radicalização e do extremismo violento.

3. A NÍVEL DA EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Integrar nos programas de educação teológica, componentes ligadas à promoção da paz, à prevenção da radicalização e do extremismo violento, de modo a separar as religiões dos movimentos radicais;
- Promover uma educação religiosa voltada para a tolerância, respeito pela diversidade e convivência pacífica entre diferentes confissões religiosas;
- Promover informações, comunicações, ensinamentos e jurisprudências religiosas (canónicas, islâmicas e evangélicas) para a desconstrução de narrativas apóstatas que visam associar o radicalismo e o extremismo violento às confissões religiosas;
- Desenvolver programas de sensibilização, educação e informação, objetivando melhorar a compreensão comum sobre as causas da radicalização e do extremismo violento, bem como as suas consequências para a sociedade, e as comunidades religiosas em particular.

Feito em Bissau, a 1 de dezembro de 2022

Documento aprovado por unanimidade no “I Encontro Nacional de Reflexão de Líderes Religiosos para a Prevenção do Radicalismo e Extremismo violento”, realizado nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro no Dunia Hotel Bissau.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS LÍDERES RELIGIOSOS DE APELO À PAZ POR OCASIÃO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

4 DE JUNHO DE 2023

Aproxima-se o dia 4 de Junho, data em que os cidadãos guineenses serão chamados, mais uma vez, a ir às urnas para as eleições legislativas. Vão fazê-lo num clima de grande expectativa sobre o modo como irá decorrer o escrutínio e sobre os resultados positivos que essas eleições possam trazer à maior parte da população. Mas também há um ambiente de muita descrença e mesmo de um certo desânimo na população. Efetivamente, desde a abertura política ao multipartidarismo, os cidadãos da Guiné-Bissau já foram chamados variadas vezes às urnas. Nesses vários processos eleitorais, o povo guineense tem demonstrado sempre a sua cultura cívica, o seu espírito de tolerância e a sua confiança no processo democrático. Contudo, várias promessas de melhoria de condições de vida dos guineenses anunciadas durante as campanhas eleitorais ficaram sucessivamente ainda por concretizar.

Nós, os Líderes Religiosos das comunidades evangélica, muçulmana e católica da Guiné-Bissau, apesar de tudo isso, consideramos as eleições de 4 de Junho como um acontecimento importante e altamente significativo para a vida deste país. Por isso mesmo, nos pareceu oportuno dirigir esta mensagem a todos os guineenses e a todos os homens e mulheres de boa vontade sobre a necessidade e a importância de preservarmos a paz social mesmo num ambiente de disputa eleitoral.

Não somos atores de política partidária, mas temos uma palavra a dizer sobre a dimensão ética da política, e não podemos abdicar desta responsabilidade moral e de sobre ela informarmos os guineenses quando nos parecer mais necessário ou oportuno. É justamente isso que agora desejamos fazer.

Em democracia, a transferência de poder opera-se de forma pacífica e periódica através das eleições dos titulares de órgãos públicos. Este processo de transição democrática não constitui um fim em si, muito pelo contrário, traduz-se num meio pelo qual, o povo escolhe livre e soberanamente os seus representantes políticos para lhe proporcionar a paz, a segurança e o bem-estar.

Atendendo à necessidade premente de legitimação dos representantes da Assembleia Nacional Popular, o Povo guineense é chamado, mais uma vez, para decidir sobre o seu próprio destino, através das eleições legislativas marcadas para o dia 4 de Junho de 2023. Em virtude da importância de que se reveste o escrutínio eleitoral, toda a sociedade é convocada para participar de forma proactiva, de modo a transformar esta disputa política num processo livre, transparente, justo e pacífico.

Tendo em conta o panorama político, social e económico da Guiné-Bissau:

- **Guiados** pela missão comum de apoio contínuo aos esforços para a consolidação do Estado de Direito e coesão nacional;
- **Inspirados** pelos princípios democráticos consignados na Constituição da República da Guiné-Bissau e demais instrumentos internacionais;
- **Determinados** em contribuir para a realização das próximas eleições legislativas, de forma transparente, inclusiva, livre e justa;
- **Preocupados** com os sinais de radicalização política, alimentada por discursos políticos inflamatórios e segregacionistas;
- **Conscientes** das expectativas dos cidadãos em relação à autoridade moral que a comunidade religiosa exerce na sociedade guineense;

Nós, os representantes das comunidades religiosas guineenses, Islâmica, Católica e Evangélica reunidos no dia 5 de Maio de 2023, no Hotel Dunia Bissau, no quadro da implementação da AGENDA COMUM PARA A PAZ, adotada no passado dia 1 de dezembro de 2022, no 1.º Encontro Nacional dos Líderes Religiosos sobre a Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento na Guiné-Bissau, organizado pelo Observatório de Paz - *Nô Cudji Paz*, um consórcio entre o Instituto Marquês de Valle Flôr e a Liga Guineense dos Direitos Humanos, financiado pela União Europeia e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, decidimos adoptar a presente DECLARAÇÃO SOLENE DE APOIO À PAZ:

1 - ÀS FORMAÇÕES POLÍTICAS - PARTIDOS E COLIGAÇÕES POLÍTICAS:

- a) Comprometer-se em perseverar a paz e a estabilidade, bem como promover o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- b) Conformar as estratégias eleitorais ao quadro constitucional, fazendo da Lei o limite e o fundamento na prossecução dos seus objetivos político-partidários;
- c) Evitar comportamentos susceptíveis de comprometer a integridade do processo eleitoral, incluindo o anúncio público de dados eleitorais antes da divulgação definitiva de resultados pela entidade competente;
- d) Abster-se e desencorajar os seus militantes e simpatizantes a proferir discursos inflamatórios, segregacionistas, radicais e capazes de incentivar ao ódio e à violência durante a campanha eleitoral e período pós-eleitoral;
- e) Assegurar que as propagandas eleitorais, nomeadamente os tempos de antena, as entrevistas, os comícios, as comunicações ao público e as manifestações políticas, sejam desenvolvidas com moderação, contenção e decoro democrático, dando primazia aos debates políticos sobre assuntos voltados para o aprofundamento da democracia, consolidação da paz e promoção do desenvolvimento sustentável;
- f) Eleger instâncias legais e judiciais como únicos fóruns para a resolução de disputas eleitorais com vista a preservar a paz e a coesão nacional.

2 - ÀS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL:

- a) Dirigir o processo eleitoral com zelo e imparcialidade em estreita observância da Lei para garantir a transparência, a integridade e a verdade eleitoral;
- b) Desenvolver uma campanha de educação cívica ampla e inclusiva para incentivar a participação ativa e informada dos cidadãos no processo eleitoral;
- c) Assegurar que sejam adoptadas todas as medidas necessárias e legais para o apuramento e divulgação de resultados eleitorais credíveis e assim reduzir as especulações e a tensão política;
- d) Tratar de forma igual todas as formações políticas, coligações e partidos políticos e assegurar a sua participação ativa em todas as fases do processo eleitoral para garantir a transparência.

3 - ÀS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA:

- a) Manter a segurança e a ordem pública antes, durante e depois das eleições para permitir a participação livre e igual de todos os cidadãos, nomeadamente partidos, coligações de partidos políticos, candidatos, militantes, simpatizantes e população em geral;
- b) Zelar pela segurança e ordem pública antes, durante e depois das eleições com total imparcialidade, transparência e neutralidade em relação aos interesses político-partidários;
- c) Abster-se de comportamentos susceptíveis de pôr em causa os direitos e liberdades fundamentais dos candidatos e cidadãos em geral;
- d) Conservar a sua neutralidade e equidistância aos interesses político-partidários em observância absoluta à Lei.

Que todos nós, muçulmanos, evangélicos, católicos, seguidores da religião tradicional, nos unamos em oração diante do Deus único, o altíssimo, Senhor e Criador da Terra e do Céu. Rezemos com insistência e com fé pelo nosso país, pelo seu povo e pelos nossos governantes e pela PAZ.

Que Deus Todo-poderoso e cheio de Misericórdia ajude a transformar as nossas mentes e os nossos corações, volte para nós o Seu rosto e abençoe a Guiné-Bissau.

Pela Paz, tolerância e solidariedade,
Feito em Bissau aos 5 dias do mês de maio de 2023.

Os Líderes Religiosos

1. Comunidade Islâmica

- a) União dos Imames
- b) Conselho Nacional Islâmico
- c) Conselho Superior Islâmico

2. Comunidade Cristã

- a) Dioceses de Bissau e Bafatá
- b) Comunidade Evangélica
- c) Conselho Nacional das Igrejas Evangélicas

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS LÍDERES RELIGIOSOS POR UMA GUINÉ-BISSAU DE PAZ E TOLERÂNCIA RELIGIOSA

21 DE MARÇO DE 2024

Em nome de Deus, que criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade e os chamou a conviver entre si como irmãos, a povoar a terra e a espalhar sobre ela os valores do bem, da caridade e da paz.

Este bondoso Deus abençoou a Guiné-Bissau com o multiculturalismo e a diversidade religiosa, cujo povo constitui um belo exemplo de tolerância e coexistência pacífica entre diferentes culturas e religiões.

Aliás, a capacidade dos guineenses se entenderem e de coabitarem na diversidade remonta aos primórdios da existência dos povos que constituem o mosaico étnico e cultural da Guiné-Bissau e vem sendo preservada, de geração em geração, até ao período contemporâneo.

Contrariamente ao que se verifica noutras partes do mundo, pode-se afirmar com propriedade que, na Guiné-Bissau, a diversidade cultural e religiosa nunca constituiu uma ameaça para a coesão e a convivência pacífica dos seus povos, o que faz deste país um território pacífico, seguro e tolerante, apesar da instabilidade política e governamental ter, periodicamente, contribuído para acentuar as diferenças.

Estes valores da paz e coesão social precisam de ser permanentemente cultivados, exaltados, e disseminados, para que possam continuar a constituir o denominador comum dos guineenses, venham donde vierem.

Aliás, a nossa sociedade é quotidianamente desafiada a fazer prova da sua resiliência perante as incessantes tentativas de perturbar a paz e a tranquilidade sociais, através da produção e difusão, nos últimos tempos, de discursos de ódio, os quais, de alguma maneira, corroem a coesão nacional.

Recentemente, desencadeou-se em Bissau uma triste e inédita campanha, sem rosto, de atear fogo aos lugares sagrados das religiões tradicionais, o que, em resposta, conduziu à destruição, seguido de incêndio, das portas da Igreja Evangélica de Mindara, sem qualquer motivo aparente que o justifique.

Perante estes tristes episódios esporádicos de intolerância religiosa que se têm verificado na Guiné-Bissau, nós, os Líderes Religiosos das comunidades Evangélicas, Muçulmana e Católica do país:

- **Guiados** pela missão comum de promover a paz social e a coesão nacional;
- **Preocupados** com os sinais de radicalização e de intolerância religiosa no país, alimentados pelos discursos de ódio potencialmente segregacionistas;
- **Reconhecendo** os riscos que estes fenómenos representam para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento;
- **Conscientes das expectativas** dos cidadãos em relação à autoridade moral que a comunidade religiosa exerce na sociedade guineense;
- **Conscientes dos compromissos** assumidos no âmbito da **Agenda Comum Para a Paz** dos Líderes Religiosos, no quadro do projeto Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz*,

Adotamos a presente **Declaração de Apelo à Paz e Tolerância Religiosa**, nos termos que se seguem:

- a) Repudiar todos os atos de intolerância religiosa no país e apelar à cessação imediata dos mesmos;
- b) Abster-se de proferir, divulgar ou disseminar discursos sectários e radicais, capazes de incentivar o ódio e a intolerância no seio dos guineenses;
- c) Exortar às autoridades competentes a assegurar as condições de segurança a todos os cidadãos, designadamente para acesso aos seus locais de culto;

- d) Apelar às autoridades judiciárias, no sentido de investigar e trazer à justiça os responsáveis pelos atos de intolerância religiosa que tendem a pôr em causa a paz e a coesão nacional;
- e) Instar o povo da Guiné-Bissau a empenhar-se na preservação da paz e da unidade nacional, bem como no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, incluindo a liberdade religiosa;
- f) Eleger os meios pacíficos e legais como a única forma de resolução das nossas diferenças, independentemente da sua natureza, visando sempre preservar a paz social e a coesão nacional.

Que todos nós, muçulmanos, católicos, evangélicos e animistas ou seguidores da religião tradicional, nos unamos em oração diante do Deus, o Altíssimo Senhor, o Criador do Céu e da Terra, com fé e persistência, pelo seu povo, pelos governantes e pela PAZ.

Que Deus Todo-Poderoso e cheio de Misericórdia nos ajude a transformar as nossas mentes e os nossos corações, volte para nós o Seu rosto e abençoe a Guiné-Bissau.

Pela Paz, tolerância e solidariedade,

Feito em Bissau aos 21 dias do mês de março de 2024.

OS LÍDERES RELIGIOSOS

União Nacional dos Imames
Conselho Nacional Islâmico
Diocese de Bissau
Diocese de Bafatá
Conselho Nacional das Igrejas Evangélicas
Animistas (Balobeiros)



Cofinanciado por:



Financiado pela
União Europeia



Implementado por:



LGDH
LIGA GUINEENSE DOS
DIREITOS HUMANOS